



GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA

**Formação de Professoras/es em Gênero,
Sexualidade, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais**

Luiz Inácio Lula da Silva

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Nilcéa Freire

SECRETÁRIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Matilde Ribeiro

SECRETÁRIA ESPECIAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL (SEPP/PR)

Fernando Haddad

MINISTRO DA EDUCAÇÃO

André Luiz Figueiredo Lázaro

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE

Carlos Eduardo Bielschowsky

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

David Cordingley

DIRETOR DO BRITISH COUNCIL BRASIL

COORDENAÇÃO ACADÊMICA E GESTÃO DO PROJETO

Sérgio Carrara

Maria Luiza Heilborn

COORDENADORES DO CENTRO LATINO-AMERICANO EM SEXUALIDADE E DIREITOS HUMANOS (CLAM/IMS/UERJ)

PROMOÇÃO

Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM/PR)

Secretaria Especial de Políticas Públicas de Igualdade Racial (SEPP/PR)

Ministério da Educação (MEC)

REALIZAÇÃO

Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM/PR)

Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD/MEC)

Secretaria de Educação a Distância (SEED/MEC)

Secretaria Especial de Políticas Públicas de Igualdade Racial (SEPP/PR)

British Council

Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM/IMS/UERJ)

GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA

Formação de Professoras/es em Gênero,
Sexualidade, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais

ORGANIZAÇÃO

Maria Elisabete Pereira

Fabíola Rohden

Maria Elisa Brandt

Leila Araújo

Graça Ohana

Andreia Barreto

Roberta Kacowicz

CEPESC

Rio de Janeiro

2007

EQUIPE RESPONSÁVEL PELA CONCEPÇÃO
E ELABORAÇÃO DO PROJETO

COORDENAÇÃO GOVERNAMENTAL

Maria Elisabete Pereira
DIRETORA DA SUBSECRETARIA DE
ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL (SPM/PR)

SPM/PR

Dirce Margarete Grosz
GERENTE DE PROJETOS
Karine Rosa
ASSESSORA TÉCNICA

SEPPIR

Denise Pacheco
GERENTE DE PROJETOS
Fernanda Bittencourt Vieira
ASSESSORA TÉCNICA
Maria da Graça Ohana Pinto
ASSESSORA TÉCNICA

MEC/SECAD

Eliane dos Santos Cavaleiro
COORDENADORA GERAL DE DIVERSIDADE
E INCLUSÃO EDUCACIONAL
Jeane Félix da Silva
ASSESSORA TÉCNICA
Maria Elisa Almeida Brandt
ASSESSORA TÉCNICA
Rogério Dinis Junqueira
ASSESSOR TÉCNICO
Rosilea Maria Roldi Wille
COORDENADORA GERAL DE
ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

MEC/SEED

Alexandre Mathias Pedro
COORDENADOR DE PROJETOS
CARMEN MOREIRA DE CASTRO NEVES
DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE PRODUÇÃO
E CAPACITAÇÃO EM EAD
Leila Lopes de Medeiros
COORDENADORA GERAL DE CAPACITAÇÃO

BRITISH COUNCIL

Roberta Kacowicz
DIRETORA DO BRITISH COUNCIL - NORDESTE
Cristina Dale
GERENTE DE OPERAÇÕES BRASIL

CLAM/IMS/UERJ

COORDENAÇÃO GERAL
Fabiola Rohden

COORDENAÇÃO EXECUTIVA

Andreia Barreto
Leila Araújo
Maria Lúcia Cardoso

COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (EAD)

Elizabeth Rondelli
Laura Coutinho
Karla Vaz Cavalcanti
Maria Teresa Andrade de Gouvêa

SUORTE TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Ângela Paula Zão Bastos
Bruno Santos do Nascimento
Jacqueline Costa
Vânia Maria Silva Seidel

PROFESSORES/AS ESPECIALISTAS

Elaine Brandão
Fabiola Rohden
Helena Altmann
Isabel Santos
Julio Simões
Laura Moutinho
Márcia Lima
Maria Luiza Heilborn
Omar Ribeiro Thomaz
Simone Monteiro

COORDENADORA PEDAGÓGICA DE CONTEÚDO

Isabel Santos

COLABORADORES/AS

Antonio Brito
Maria Eulina Carvalho
Regina Facchini
Sandra Rebelo
Vanessa Rangel

PARCEIROS INTERNACIONAIS

Sarah Whitelaw - UNIVERSIDADE DE LEEDS
Susan Pearson - UNIVERSIDADE DE LEEDS
Andrea Utley - UNIVERSIDADE DE LEEDS
Laura Hills - UNIVERSIDADE DE DURHAM
Gary Wilson - KIRKLEES SCHOOL EFFECTIVENESS SERVICE, UNITED KINGDOM
Shirley Tate - UNIVERSIDADE DE LEEDS
Heidi Mirza - UNIVERSITY COLLEGE LONDON

PARCEIROS LOCAIS

GOVERNO DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENADORIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES
COORDENADORIA DE POLÍTICAS PARA PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS (MS)

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
NÚCLEO TECNOLÓGICO EDUCACIONAL - NTE
COORDENADORIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES
NÚCLEO DE PROMOÇÃO DA COMUNIDADE NEGRA

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
NÚCLEO TECNOLÓGICO EDUCACIONAL – NTE
COORDENADORIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SECRETARIA DA JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS
SUPERINTENDÊNCIA DE APOIO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR (BA)

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO E CULTURA
NÚCLEO TECNOLÓGICO EDUCACIONAL – NTE
SUPERINTENDÊNCIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE REPARAÇÃO

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ (PR)

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
NÚCLEO TECNOLÓGICO EDUCACIONAL – NTE
SECRETARIA DA MULHER DO MUNICÍPIO
ASSESSORIA DE PROMOÇÕES DOS DIREITOS DE IGUALDADE RACIAL

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI (RJ)

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
NÚCLEO TECNOLÓGICO EDUCACIONAL
COORDENAÇÃO DOS DIREITOS DAS MULHERES
COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU (RJ)

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
NÚCLEO TECNOLÓGICO DE ENSINO – NTE
COORDENADORIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA MULHERES
COORDENADORIA ESPECIAL DE POLÍTICAS DE
PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

COPYRIGHT © CENTRO LATINO AMERICANO
EM SEXUALIDADE E DIREITOS HUMANOS – IMS/UERJ

PROJETO GRÁFICO
Anna Amendola

REVISÃO
Maria Lucia Resende

EDIÇÃO
Maria Mostafa

G326

GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA: FORMAÇÃO DE PROFESSORAS/ES
EM GÊNERO, SEXUALIDADE, ORIENTAÇÃO SEXUAL E RELAÇÕES
ÉTNICO-RACIAIS/ ORG. MARIA ELISABETE PEREIRA, FÁBIO LA ROHDEN
... [ET AL]. – BRASÍLIA/RIO DE JANEIRO: SPM/CEPESC, 2007.

108 p. IL.

ISBN 978-85-89737-07-4

1. GÊNERO. 2. RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS. 3. SEXUALIDADE,
ORIENTAÇÃO SEXUAL 4. EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA. 5. FORMAÇÃO
PROFISSIONAL. I – PEREIRA, MARIA ELISABETE. II – ARAÚJO, LEILA.
III – BARRETO, ANDREIA. IV – BRANDT, MARIA ELISA. V – OHANA,
GRAÇA. VI – TÍTULO.

CATALOGAÇÃO – SANDRA INFURNA CRB-7 - 4607

SUMÁRIO

I - APRESENTAÇÃO	11
II - CONSTRUINDO UMA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO EM GÊNERO E DIVERSIDADE Ministra Nilcéa Freire Ministro Fernando Hadad Ministra Matilde Ribeiro	15
III - A EFETIVAÇÃO DE PARCERIAS NECESSÁRIAS À CONSTRUÇÃO DE UMA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO EM GÊNERO E DIVERSIDADE Maria Elisabete Pereira	19
IV - COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA A EDUCAÇÃO: O PAPEL DO BRITISH COUNCIL David Cordingley	25
V - EDUCAÇÃO, DIFERENÇA, DIVERSIDADE E DESIGUALDADE Maria Luiza Heilborn e Sergio Carrara	29
VI - DIRETRIZES POLÍTICO-PEDAGÓGICAS DO CURSO GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA	33
VII - DADOS ESTATÍSTICOS: O PROJETO EM NÚMEROS Andreia Barreto	59
VIII - A PERSPECTIVA DOS/AS PROFESSORES/AS ON-LINE - TEMÁTICAS E TRANSVERSALIDADES NO AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM	77
IX - AS OFICINAS DE AVALIAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES PARA O FUTURO	93
X - DESAFIOS DO PROJETO GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA Fabíola Rohden e Leila Araújo	105

Gênero e Diversidade na Escola é um projeto destinado à formação de profissionais da área de educação abordando as temáticas de gênero, sexualidade e orientação sexual e relações étnico-raciais, de maneira global e transversal. O Projeto-piloto do curso Gênero e Diversidade na Escola, ora apresentado, foi aplicado em seis municípios (Porto Velho, Salvador, Maringá, Dourados, Niterói e Nova Iguaçu). O projeto insere-se na orientação geral do Governo Federal para a implementação de políticas públicas promotoras da igualdade e do respeito à diversidade e aos direitos humanos.

A concepção do projeto é da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM/PR) e do British Council, em parceria com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD-MEC), Secretaria de Ensino a Distância (SEED-MEC), Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR/PR) e o Centro Latino Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM). A metodologia, os conteúdos e o projeto político-pedagógico resultaram de uma construção coletiva dos parceiros envolvidos, sendo que a implementação do curso foi realizada pelo Centro Latino Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM), a certificação ficando a cargo da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Foram oferecidas 1.200 vagas para professores e professoras das disciplinas de Ensino Fundamental de 5^a a 8^a séries, sendo elas distribuídas em número de 200 para cada município. O total de inscritos foi de 1.415, embora 1.071 tenham efetivamente iniciado o curso. Destes, 865 concluíram as atividades. A evasão ficou entre 19% e 20% no decorrer dos três meses de duração do curso, índice considerado muito baixo quando comparado à média de evasão dos cursos de educação à distância, que gira em torno de 30% a 35%.

Esta publicação tem como objetivo apresentar os registros mais importantes do projeto e os principais resultados produzidos no processo de avaliação, durante e após o curso, para os diversos integrantes deste empreendimento, e é acompanhada pelo CD-Rom que reproduz o conteúdo discutido no curso. Ao se considerar que se trata de um projeto-piloto, espera-se que este volume sirva para instrumentalizar os interessados na continuação do projeto, ao mesmo tempo em que proporciona aos participantes a chance de ter a metodologia descrita o conteúdo acessível com facilidade. Para aqueles interessados que não participaram, oferece uma apresentação geral do projeto, que deve ser acompanhada pela leitura do conteúdo no CD-Rom.

Nos cinco primeiros capítulos desta publicação, fazemos uma apresentação resumida e registramos a perspectiva dos representantes oficiais das instituições envolvidas no projeto. O capítulo seis sintetiza o Projeto Político Pedagógico, apresenta os parceiros envolvidos e as diretrizes gerais do curso contextualizadas no âmbito mais amplo das políticas de governo. Além disso, descreve a fundamentação pedagógica, a escolha dos municípios e do público-alvo, o formato do curso, os temas dos módulos e das unidades, a dinâmica de trabalho proposta e os instrumentos de avaliação. O capítulo sete apresenta os dados estatísticos da execução do curso, com números especificados por município. No capítulo oito temos um relatório sintético da avaliação dos professores on-line, responsáveis pelo acompanhamento dos cursistas, e traz as principais análises a respeito do conteúdo, da metodologia e das condições de implementação. No Capítulo nove são reproduzidos os resultados mais importantes da Oficina de Avaliação, com destaque para a participação dos/as cursistas que puderam, naquela ocasião, analisar detidamente os vários aspectos implicados no curso, desde conteúdo e metodologia até ambiente virtual e gestão. Neste item também resumimos a avaliação final dos parceiros institucionais envolvidos em todo o processo. E no capítulo 10, finalizamos a publicação com um balanço dos desafios enfrentados pelo projeto.

Esta publicação ilustra, portanto, na forma de uma produção escrita, a trajetória única pela qual passaram os participantes desse desafio. Infelizmente não temos como reproduzir em toda a sua extensão a riqueza dos depoimentos que traduziram o impacto dos/as cursistas, dos/as professores/as e da equipe ao vislumbrarem a possibilidade da construção de uma escola mais solidária e de uma sociedade menos preconceituosa. Mas tentamos, ao incluir na avaliação os vários atores e atrizes envolvidos/as, dar a dimensão do compromisso assumido por todos/as, compromisso este que orienta os elogios e também as críticas e pelas sugestões que foram apresentadas por aqueles/as que desejam ver este projeto aprimorado e expandido para todas as escolas brasileiras.

II

CONSTRUINDO UMA POLÍTICA

DE EDUCAÇÃO EM GÊNERO

E DIVERSIDADE

Durante todo o século XX e início do século XXI as lutas pela igualdade de gênero, étnico-racial e também pelo respeito à diversidade têm sido constantes. Todavia, o predomínio de atitudes e convenções sociais discriminatórias, em todas as sociedades, ainda é uma realidade tão persistente quanto naturalizada.

O Brasil tem conquistado importantes resultados na ampliação do acesso e no exercício dos direitos, por parte de seus cidadãos. No entanto, há ainda imensos desafios a vencer, quer do ponto de vista objetivo, como a ampliação do acesso à educação básica e de nível médio, assim como do ponto de vista subjetivo, como o respeito e a valorização da diversidade. As discriminações de gênero, étnico-racial e por orientação sexual, como também a violência homofóbica, são produzidas e reproduzidas em todos os espaços da vida social brasileira. A escola, infelizmente, é um deles.

Não bastarão leis, se não houver a transformação de mentalidades e práticas, daí o papel estruturante que adquirem as ações que promovam a discussão desses temas, motivem a reflexão individual e coletiva e contribuam para a superação e eliminação de qualquer tratamento preconceituoso. Ações educacionais no campo da formação de profissionais, como o curso Gênero e Diversidade na Escola, são fundamentais para ampliar a compreensão e fortalecer a ação de combate à discriminação e ao preconceito.

A realização deste curso é resultado da parceria entre a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM/PR), a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPP/PR), a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD/MEC), a Secretaria de Educação a Distância (SEED/MEC), o British Council e o Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM/IMS/UERJ).

O objetivo do projeto é ousado: contribuir para a formação continuada de profissionais de educação da rede pública de ensino acerca dessas três questões, tratando articuladamente: as relações de gênero, as relações étnico-raciais e a diversidade de orientação sexual. Partimos da concepção de que os processos discriminatórios têm especificidades e relacionamentos que precisam ser analisados à luz dos direitos humanos, para que nenhuma forma de discriminação seja tolerada, na escola ou fora dela.

A partir desta e de outras iniciativas, esperamos que professoras, professores e demais profissionais da educação fortaleçam o papel que exercem de promotores/as da cultura de respeito a garantia dos direitos humanos, da equidade étnico-racial, de gênero e da valorização da diversidade, contribuindo para que a escola não seja um instrumento da reprodução de preconceitos, mas seja espaço de promoção e valorização das diversidades que enriquecem a sociedade brasileira.

Estamos conscientes de que o “Curso Gênero e Diversidade na Escola” tem um enorme desafio pela frente. Entretanto, longe de nos desestimular, a realidade nos encoraja a dar este importante passo, para que um dia seja possível afirmar que, assim como nosso país, a escola brasileira é uma escola de todos/as. Estamos certos/as de que incorporar o debate de Gênero e Diversidade na formação de professores/as que trabalham com crianças e jovens é o caminho mais consistente e promissor para um mundo sem intolerância, mais plural e democrático. Formar educadores/as é apenas o primeiro passo.

Nilcéa Freire
*Ministra da Secretaria Especial
de Políticas para as Mulheres*

Fernando Haddad
Ministro da Educação

Matilde Ribeiro
*Ministra da Secretaria Especial de Políticas
de Promoção da Igualdade Racial*

III

A EFETIVAÇÃO DE PARCERIAS NECESSÁRIAS

À CONSTRUÇÃO DE UMA POLÍTICA DE

EDUCAÇÃO EM GÊNERO E DIVERSIDADE

Maria Elisabete Pereira ¹

Maria Elisa Brandt ²

A AÇÃO INTERSETORIAL

Em 2004 fortaleceu-se a articulação institucional entre a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres - SPM/PR e o British Council visando à elaboração de projeto de formação de profissionais de educação tendo como foco a temática de gênero. Ainda no mesmo ano, o debate se ampliou para incluir as temáticas de discriminação étnico-racial e diversidade de orientação sexual, à medida que novos parceiros foram sendo incorporados – o Ministério da Educação (MEC) e a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPPIR/PR). Levou-se em conta a sinergia entre as metas desses três entes de governo em relação a políticas de formação de profissionais da educação para os direitos humanos, especificamente para a equidade de gênero e étnico-racial e para o respeito à diversidade de orientação sexual. Tais metas estão expressas no planejamento da política governamental, por meio dos seguintes documentos, entre outros:

1. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei 9.294, de 20 de dezembro de 1996), em específico seu artigo 26-A, que determina a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana nos currículos da Educação Básica (artigo alterado pela Lei 10.639, de 09 de janeiro de 2003);
2. Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial, de 2003;
3. Programa Brasil sem Homofobia, Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLBTT e Promoção da Cidadania Homossexual, de março de 2004;
4. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, de dezembro de 2004.

1. Diretora da Subsecretaria de Articulação Institucional (SPM/PR), idealizadora e Coordenadora Geral do projeto Gênero e Diversidade na Escola.

2. Assessora Técnica da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD/MEC).

O primeiro passo dessa parceria foi a realização, nos dias 30 de novembro e 1º de dezembro de 2004, do Seminário Internacional Educando para a Igualdade de Gênero, Raça e Orientação Sexual, que reuniu a SPM/PR, a SEPP/PR, o MEC e o British Council, estudiosas/os brasileiras/os e ingleses e ativistas de organizações não governamentais ligadas aos movimentos negro, de mulheres e GLBT.

Um dos méritos centrais do seminário, na avaliação de algumas e alguns das/os participantes, foi a discussão conjunta dos três temas – gênero, orientação sexual e relações étnico-raciais, e o fato de ter possibilitado o debate entre atrizes e atores de movimentos sociais que geralmente dialogam no interior de seus grupos, mas não entre si.

Fruto desse trabalho, em 11 de agosto de 2005 foi assinado Protocolo de Intenções entre a SPM/PR, a SEPP/PR e o MEC – por intermédio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - SECAD e da Secretaria de Educação a Distância (SEED) – e o British Council, com o objetivo de implementar políticas educacionais para a igualdade de gênero, raça/etnia e orientação sexual, por meio de ações de formação de educadoras/es, tais como seminários, cursos presenciais e semi-presenciais, elaboração de material didático pedagógico, entre outros.

SEED - A PARCERIA ESTATÉGICA

A Secretaria de Educação a Distância – SEED/MEC tem como missão o fomento à Educação a Distância (EAD) do ponto de vista das políticas públicas, que estruturam essa modalidade, da metodologia e do aporte tecnológico que as concretizam. A SEED/MEC apóia o processo educacional, disponibilizando recursos tais como a TV Escola, os objetos de aprendizagem (RIVED) e o ambiente colaborativo de aprendizagem e-Proinfo. Esta secretaria elabora programas de formação de docentes para o uso integrado das mídias e, em parceria com demais secretarias e órgãos governamentais, contribui para a disseminação da EAD em processos de ensino e aprendizagem. Ela ainda desenvolve programas específicos de fomento à EAD (PAPED) e, individualmente ou em conjunto com outras secretarias, participa da estruturação de programas de Educação Superior (Pro - Licenciatura e UAB) e de formação inicial em serviço (Pro-Formação e Pro-Infantil).

Para a concretização do curso a SEED/MEC se constituiu numa parceria estratégica visto que, pela primeira vez se utiliza dos recursos do ensino a distância em um curso com este conteúdo que inova, não apenas pelo uso da tecnologia à distância, mas também por tratar as temáticas de Gênero, Sexualidade, Orientação Sexual e Relações Étnico-raciais de forma conjunta e transversal.

A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

O Reino Unido tem, historicamente, pautado sua política social pela busca de igualdade de oportunidades para todos os indivíduos. A política de igualdade de oportunidades se associa à valorização da diversidade, partindo-se da concepção de que essa mesma diversidade, em certo sentido, constrói oportunidades iguais. É relevante observar que o Reino Unido é um dos países de maior diversidade populacional por km².

Diversidade são as diferenças visíveis e invisíveis entre as pessoas, que incluem gênero, habilidades mentais e físicas, raça, etnia, identidade sexual, religião, nível educacional, idade, status conjugal, poder aquisitivo, entre outras. Essas diferenças podem resultar em experiências variadas, diferentes valores, formas de pensar e agir. Sob esta perspectiva, para lidar com a diversidade se faz necessário um olhar positivo sobre as diferenças e um compromisso de valorizar o indivíduo por razões sociais e morais. Entende o Reino Unido que valorizar a diversidade e lidar com ela cotidianamente contribui para o combate ao preconceito, à discriminação, à estereotipação e à injustiça, motivando as pessoas a estar atentas ao impacto que suas palavras e ações podem ter.

O British Council, órgão internacional do Reino Unido para assuntos de Educação e Cultura, tem como uma de suas principais missões estabelecer e fortalecer relacionamentos entre pessoas e instituições brasileiras e britânicas, com o objetivo de compartilhar experiências dos dois países com vistas a trazer benefícios mútuos. Direitos Humanos é uma das áreas prioritárias de trabalho para o British Council, motivo pelo qual participa do Projeto Gênero e Diversidade na Escola, não apenas subsidiando-o financeiramente, mas também, e o que é mais importante, promovendo o intercâmbio de conhecimentos e experiências relacionadas a políticas públicas educacionais nesta área.

O projeto Gênero e Diversidade na Escola é uma oportunidade para que os dois países, Brasil e Reino Unido, juntos, possam contribuir para a constituição de certo conjunto de valores, onde o respeito e a apreciação das diferenças sejam fortalecidos, resultando em um mundo mais rico e justo.

A ARTICULAÇÃO COM A ACADEMIA:

O PAPEL DO CENTRO LATINO-AMERICANO EM SEXUALIDADE E DIREITOS HUMANOS.

O Seminário Internacional Educando para a Igualdade de Gênero, Raça e Orientação Sexual, realizado em finais de 2004, teve como principal resultado o consenso acerca da necessidade prioritária de formação de profissionais da educação nas temáticas de gênero, orientação sexual e relações étnico-raciais. Foram gerados importantes subsídios quanto às metodologias

a serem utilizadas e quanto ao conteúdo programático considerado essencial.

De posse desses elementos, os entes parceiros convidaram o Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos/IMS/UERJ como executor do Projeto, desde a elaboração do material didático até a implementação do curso, sempre em estreita colaboração com a equipe governamental. A escolha do CLAM se justifica plenamente, tanto pela sua reconhecida expertise nas áreas temáticas tratadas pelo curso quanto por seu interesse e experiência em subsidiar a construção de políticas públicas.

O processo de execução do projeto ficou a cargo do CLAM que coordenou a elaboração do material didático; selecionou via Internet os/as cursistas; selecionou e capacitou professoras/es on-line; selecionou orientadores de temas e, em parceria com o Governo Federal, coordenou o desenvolvimento do curso até sua etapa final.

AS PARCERIAS LOCAIS

A implantação do projeto dependeu ainda de parcerias locais, no nível governamental com Estados e Municípios que ficaram responsáveis por fornecer a estrutura necessária para os cursistas. Os núcleos tecnológicos das Secretarias Estaduais de Educação, laboratórios de informática das escolas públicas estaduais foram utilizados como espaços para a capacitação dos professores cursistas nas tecnologias do ambiente virtual utilizado.

Ainda no nível governamental foi estabelecida a parceria com as Coordenadorias e Conselhos Municipais de Direitos da Mulher, Conselhos Estaduais dos Direitos da Mulher, Coordenadorias e Conselhos Municipais de Promoção da Igualdade Racial. Estas instituições ficaram encarregadas de mobilizar os movimentos sociais correspondentes, inclusive o Movimento GLBTT, com vistas à divulgação do projeto nos municípios.

O lançamento oficial do Programa Gênero e Diversidade na Escola ocorreu em Brasília no dia 24 de maio de 2006, com a presença do Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva, no Palácio do Planalto. Na ocasião, os ministros Fernando Haddad (MEC), Matilde Ribeiro (SEPPIR) e Nilcéia Freire (SPM) assinaram o protocolo de implementação do curso piloto em seis cidades², representando as diversas regiões do País.

Encerrada a fase do Projeto Piloto e de posse do resultado de avaliação, inicia-se uma nova empreitada que deverá concentrar os esforços das instituições envolvidas no projeto, ampliando de forma qualitativa essa participação com o objetivo de aprimorar os conteúdos

2. Dourados (MS), Maringá (PR), Niterói (RJ), Nova Iguaçu (RJ), Porto Velho (RO) e Salvador BA). Os municípios foram selecionados, de acordo com o critério de territorialidades, representando todas as regiões geográficas do Brasil (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul).

e a metodologia aplicada no curso, além da destinação de recursos humanos e financeiros para que o curso Gênero e Diversidade na Escola possa se estender ao maior número de municípios brasileiros, consolidando assim uma política de educação que desconstrua os estereótipos e promova o respeito à diversidade. política de educação que promova o respeito à diversidade.

IV

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

PARA A EDUCAÇÃO:

O PAPEL DO BRITISH COUNCIL

David Cordingley¹

A Declaração Universal sobre Diversidade Cultural criada pela UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura – e aprovada em 2001, foi criada com o firme propósito de mostrar que apreciar as diferenças é o melhor caminho para garantir a igualdade e a justiça social, quebrar estereótipos e, em última instância, buscar a paz mundial.

A Declaração é constituída de 12 artigos, entre eles:

1. A diversidade cultural como patrimônio de toda a humanidade;
2. A diversidade cultural como fator de desenvolvimento; e
3. Direitos humanos como garantia da aceitação das diversidades culturais.

A Declaração Universal enfatiza que cada indivíduo deve reconhecer e aceitar “o outro” em todas as suas formas e manifestações, reconhecendo a pluralidade em cada indivíduo dentro de sociedades culturalmente diversas. A Declaração incentiva-nos à busca por um mundo “ideal”, onde a diversidade em quaisquer de suas formas possa conviver em harmonia, e as pessoas possam ser livres para, através de suas diferenças, ter um diálogo aberto e desprovido de medos.

No entanto, ainda são muitas as barreiras que dificultam a convivência entre as diferenças. Diferenças econômicas, étnico-raciais, políticas e religiosas geram grandes desafios em alguns países. A convivência com elas começa nos lares, portanto, a sua aceitação encontra aí a sua gênese. Mas é na escola onde há a maior diversidade e o respeito pelo próximo pode ser exercitado de forma mais eficiente e determinada.

No Brasil e no Reino Unido, o crescente investimento na educação e na pro-

1. Diretor do British Council Brasil

moção de políticas de incentivo a oportunidades iguais tem demonstrado que esses esforços são fundamentais para que as nações e seus cidadãos possam alcançar metas de desenvolvimento e melhorar padrões econômicos e sociais.

A educação parece ser a chave para a integração dos povos, o que se dará através da troca de conhecimentos que possibilitará o fortalecimento de bases sólidas. Em última instância, promoverá mudanças sociais absolutamente necessárias para uma sociedade inclusiva.

O British Council tem como missão construir e fomentar relações duradouras entre o Reino Unido e os países em que está presente, e isto se faz por meio da troca de experiências e conhecimentos que trazem benefícios a todas as partes, estabelecidas as relações de confiança e respeito. Desta forma, no projeto **Inclusão Social na Educação**, no qual podemos, junto com o governo brasileiro, desenvolver novas idéias que levarão a uma sociedade mais inclusiva e igualitária, estamos cumprindo nossa missão. O projeto é uma iniciativa inovadora e transformadora e vem recebendo o apoio das comunidades e das escolas onde já se faz presente através do curso **Gênero e Diversidade na Escola**, alcançando a admiração de todos que dele tomam conhecimento.

Esperamos que esta parceria com o governo brasileiro, através do Ministério de Educação, da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres e da Secretaria Especial de Promoção de Políticas de Igualdade Racial, possa representar a nossa humilde contribuição para a construção de uma sociedade mais justa. Através destes nossos heróis – os professores – na sua luta diária para transformar a escola em um ambiente de respeito e solidariedade, que o aprendizado floresça, livre do preconceito e da discriminação que inibem e excluem.

Maria Luiza Heilborn & Sergio Carrara¹

O Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM) é um projeto do Instituto de Medicina Social (IMS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), instituição que há muitos anos desenvolve pesquisas em sexualidade, gênero e saúde, com atuação na Argentina, Brasil, Chile, Peru, Colômbia e México.

O CLAM é uma iniciativa que integra o projeto de âmbito internacional Diálogo Global sobre Saúde e Bem-Estar Sexual, também implantado na Ásia, África e EUA, com apoio da Fundação Ford.

Desenvolver e incentivar pesquisas sobre política, cultura e saberes sexuais; capacitar profissionais que atuam nas áreas da saúde, direito, educação e ciências sociais; contribuir para a formulação de políticas públicas, por meio da produção e divulgação de documentos estratégicos; coletar e sistematizar dados comparativos sobre sexualidade em cada região são os objetivos do CLAM.

O projeto Gênero e Diversidade na Escola, iniciativa do Governo Brasileiro em parceria com o CLAM e com o British Council, desenvolveu um debate com professores/as sobre questões relativas a gênero, sexualidade e relações étnico-raciais. Este projeto busca contribuir, com a escola, em sua missão direcionada à formação de pessoas dotadas de espírito crítico e de instrumentos conceituais, de modo a possibilitar um posicionamento com equilíbrio, em um mundo de diferenças e infinitas variações. Almeja, portanto, uma reflexão sobre o acesso de todos à cidadania e uma compreensão que, nos limites da ética e dos direitos humanos, as diferenças devem ser respeitadas e, sobretudo, promovidas, e não utilizadas como critério de exclusão social e política.

1. Professores do IMS/UERJ e Coordenadores do CLAM.

Os temas de gênero, sexualidade e relações étnico-raciais usualmente não se apresentam de forma articulada na produção acadêmica ou no movimento social. Os autores que se dedicam a estas questões nas universidades, e os formuladores de políticas públicas abordam estas instâncias de modo fragmentado. Os conceitos de gênero, sexualidade e relações étnico-raciais, e os processos de discriminação social particulares e específicos a cada um dão origem a campos de saberes variados e distintos, com restrita comunicação. Portanto, a proposta de uma abordagem transversal, que percorra as diversas e distintas dimensões dos eixos classificatórios da vida social, constitui um desafio, por sua extrema complexidade.

Essas questões devem ser abordadas de forma articulada, o que, de fato, implica um grande esforço de engenharia intelectual e política, em especial no que concerne às demandas dos movimentos sociais.

A busca pela não essencialização das identidades e pela construção de uma postura crítica em relação aos processos de naturalização da diferença também integram a missão teórica do Curso Gênero e Diversidade na Escola.

O Estado laico implica a obrigação dos/as professores/as em desenvolver um processo de reflexão e reflexividade. As convicções sobre o que é certo ou errado devem ser consideradas no espaço privado e familiar, pois as verdades de alguns não valem para o conjunto da sociedade. Conviver bem, em um espaço social com distintas visões de mundo e valores, diversos modos de avaliação do que é correto e adequado, significa ser capaz de levar em conta as diversidades.

Vale sempre dizer que a perspectiva das ciências sociais enfoca as diferenças entre as culturas, os grupos sociais e os distintos valores atribuídos por cada universo, sem julgá-los de uma forma hierárquica.

O CLAM tem como missão central integrar a dimensão social na reflexão desses temas, desnaturalizando as diferenças. Trata-se de propor uma abordagem que enfatize a dimensão cultural que, afinal de contas, modela a forma como nos identificamos como homens e mulheres.

Neste contexto, o projeto Gênero e Diversidade na Escola reconhece a importância do papel do professor na construção social do sujeito. A relação pedagógica, sem querer compará-la a um sacerdócio, contém uma transferência. Assim, se determinados sentimentos – como afeto e amor – não se apresentarem no exercício profissional do/a professor/a, a missão de ensinar não será completada, considerando-se os diversos níveis de atuação na vida. O papel do professor é ser um ator social engajado, de fato, com a formação integral de crianças e adolescentes.

O Brasil é um país que contém uma grande diversidade. A partir da Constituição de 1998, a preocupação de dar visibilidade às diferenças sociais passou a ser cada vez mais enfatizada. No que se refere aos estudos de gênero, sexualidade e relações étnico-raciais, é preciso chamar a atenção para que as práticas docentes, atividades didáticas e, sobretudo, os livros didáticos e conteúdos curriculares não reforcem as diferenças sociais entre homens e mulheres, brancos e negros, heterossexuais e homossexuais.

Diante de um determinado material que reforce estereótipos de gênero, raça e orientação sexual, os/as professores/as devem ter a capacidade de empreender um percurso com os/as alunos/as, mostrando a dimensão preconceituosa implícita nos textos. Deste modo, estamos ajudando a construir capacidade crítica e reflexiva em relação a estes temas e às distintas possibilidades de posicionamento diante deles.

É fundamental considerar a formação de sujeitos com senso crítico e capacidade de problematizar e, avaliar a realidade, posicionando-se de maneira a perceber os diversos lados de cada questão. Trata-se, portanto, de não impor a sua verdade ao outro.

O debate público sobre gênero, sexualidade e relações étnico-raciais é extremamente relevante, e a universidade pública pode – e deve – contribuir, colocando à disposição da sociedade o conhecimento produzido, de forma a subsidiar projetos de transformação social.

O projeto Gênero e Diversidade na Escola, proposto pela SPM/PR, representa uma experiência enriquecedora, tanto para a academia, para o governo, quanto para os movimentos sociais, instâncias que se uniram em torno desta proposta. Do ponto de vista da competência do Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos houve grande empenho em realizar um bom trabalho, pelo compromisso de servir em prol da sociedade brasileira.

VI

DIRETRIZES POLÍTICO-PEDAGÓGICAS

DO CURSO GÊNERO E

DIVERSIDADE NA ESCOLA¹

I - INTRODUÇÃO

O curso **Gênero e Diversidade na Escola** visou, em sua fase-piloto, à atualização de 1.200 professores/as, de 5ª a 8ª séries do Ensino Fundamental da rede pública de seis municípios do país – Dourados (MS), Maringá (PR), Niterói e Nova Iguaçu (RJ), Porto Velho (RO) e Salvador (BA) – nas temáticas de gênero, sexualidade e orientação sexual, e relações étnico-raciais. A carga horária total prevista para o curso piloto foi de 200 horas, sendo 30 delas presenciais e 170 de ensino on-line no e-ProInfo (www.eproinfo.mec.gov.br), ambiente colaborativo de aprendizagem do Ministério da Educação (MEC).

II - CONTEXTUALIZAÇÃO E JUSTIFICATIVA

1. Contexto legal e político

A demanda social pelo tratamento associado das questões de gênero, raça, etnia e orientação sexual raramente é atendida no plano da execução de políticas, apesar de estar consolidada em documentos como as resoluções da *Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres*, de 2004.

No momento em que os movimentos negro, indígena, de mulheres e GLBTT (*gays*, *lésbicas*, *bissexuais*, *transexuais* e *travestis*) têm consolidado suas agendas específicas, o risco que eles correm é o de deixar de olharem uns aos outros. No confronto da discriminação de gênero, muitas vezes descuidamos de observar a discriminação que sofre a população negra e a indígena. Sabemos

1. Texto elaborado a partir do Projeto Político Pedagógico concebido pelas equipes do Governo e do CLAM e sintetizado por Elizabeth Rondelli e Laura Coutinho, Coordenadoras de Educação à Distância do projeto Gênero e Diversidade na Escola.

da subalternidade a que é submetida a mulher, mesmo nos movimentos sociais libertários como o movimento GLBTT, o movimento negro, entre outros.

O curso **Gênero e Diversidade na Escola** pretendeu apresentar aos educadores e às educadoras da rede pública do Ensino Fundamental uma noção de atenção e valorização da diversidade, que conduza ao respeito aos direitos humanos. A escolha dos temas específicos trabalhados - gênero, orientação sexual e relações étnico-raciais, bem como a decisão de seu tratamento conjunto, parte do entendimento de que os fenômenos se relacionam de maneira complexa, e que é necessária a formação de profissionais de educação preparados para lidar com esta complexidade e com novas formas de confronto.

De um modo mais geral, as metas que orientam este curso estão expressas, entre outros, nos seguintes documentos:

- i. Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial, de 2003.
- ii. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9.294, de 20-12-1996), em específico seu art. 26-A, que determina a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos currículos da Educação Básica (Lei nº 10.639).
- iii. Plano Nacional de Política para as Mulheres, de dezembro de 2004.
- iv. Programa Brasil sem Homofobia, Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTTB e Promoção da Cidadania Homossexual, de março de 2004.

As Secretarias envolvidas neste projeto atuam em parceria com estados, municípios e a sociedade civil na implementação de políticas públicas em educação para:

- a valorização da diversidade étnico-racial e o combate ao racismo;
- a promoção da equidade de gênero;
- o combate a qualquer forma de discriminação social.

A oferta do curso enquadra-se numa ação de política pública mais geral, neste caso, voltada para o Ensino Fundamental. Com esta ação, as Secretarias envolvidas atendem ao que estabelece a Constituição Federal em seus artigos citados abaixo:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado democrático de direito e tem como fundamentos:

II – a cidadania;

III – a dignidade da pessoa humana;

Art. 3º Os objetivos fundamentais da República são:

IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação;

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

VIII – repúdio ao terrorismo e ao racismo;

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza;

XLI – a lei punirá qualquer discriminação atentatória aos direitos e às liberdades fundamentais;

XLII – a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão.

Além do que é determinado constitucionalmente, o Brasil é signatário de inúmeras declarações internacionais, como a *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, de 1948, que estabelece:

Art. 1º Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos, são dotados de razão e consciências e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade;

Art. 2º Toda pessoa tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política, ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.

O Brasil é também signatário da *Declaração e do Programa de Ação da Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Discriminações Correlatas* (Durban, África do Sul, 8/9/2001):

Art. 4. Insta os Estados a facilitarem a participação de pessoas de descendência africana em todos os aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais da sociedade, no avanço e no desenvolvimento econômico de seus países e a promoverem maior conhecimento e maior respeito pela sua herança e cultura;

...

Art. 9. Solicita que os Estados reforcem as medidas e políticas públicas em favor das mulheres e jovens de origem africana, dado que o racismo os afeta de forma mais profunda, colocando-os em condição de maior marginalidade e em situação de desvantagem;

...

Art. 10. Insta os Estados a assegurarem o acesso à educação e a promoverem o acesso a novas tecnologias que ofereçam aos africanos e afrodescendentes, em particular, a mulheres e crianças, recursos adequados à educação, ao desenvolvimento tecnológico e ao ensino a distância em comunidades locais; ainda, insta os Estados a promoverem a plena e exata inclusão da história e da contribuição dos africanos e afrodescendentes no currículo educacional; (...)

A declaração de Durban estabelece a importância das políticas de ação afirmativa ou políticas reparatórias, com destaque para a ação educativa como elemento fundamental para a mudança de comportamentos e de atitudes discriminatórios e para o respeito e a promoção da diversidade.

Já a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher – CEDAW, em seu artigo 10º reza:

Os Estados-Partes adotarão todas as medidas apropriadas para eliminar a discriminação contra a mulher, a fim de assegurar-lhe a igualdade de direitos com o homem na esfera da educação, em particular para assegurarem condições de igualdade entre homens e mulheres.

Entre as medidas propostas nos incisos deste artigo, destacamos as seguintes:

- a) As mesmas condições de orientação em matéria de carreiras e capacitação profissional, acesso aos estudos e obtenção de diplomas nas instituições de ensino de todas as categorias, tanto em zonas rurais como urbanas; essa igualdade deverá ser assegurada na educação pré-escolar, geral, técnica e profissional, incluída a educação técnica superior, assim como todos os tipos de capacitação profissional;
- b) Acesso aos mesmos currículos e mesmos exames, pessoal docente do mesmo nível profissional, instalações e material escolar da mesma qualidade;
- c) A eliminação de todo conceito estereotipado dos papéis masculino e feminino em todos os níveis e em todas as formas de ensino mediante o estímulo à educação mista e a outros tipos de educação que contribuam para alcançar este objetivo e, em particular, mediante a modificação dos livros e programas escolares e adaptação dos métodos de ensino.

Todos estes documentos partem da concepção de que não bastam normas que visem à garantia de direitos sem que haja a educação das pessoas para isso, a formação em valores e conceitos. Portanto, definem ações necessárias no campo da educação formal e informal. A promoção de políticas educacionais públicas de enfrentamento ao preconceito e à discriminação demanda, de um lado, medidas de ampliação do acesso e melhoria da qualidade do atendimento aos grupos historicamente discriminados – negros, indígenas, mulheres, homossexuais, entre outros. De outro, são necessárias ações que visem educar a sociedade para o respeito e a valorização da diversidade e para o combate à discriminação.

Historicamente, tanto a formação acadêmica como a formação de educadores/as em exercício não têm respeitado a diversidade, tampouco contemplado o debate dos temas. Ao participarem deste curso de formação nas temáticas de gênero, relações étnico-raciais e orientação sexual, os/as profissionais puderam obter instrumentos para refletir a respeito desses temas e para lidar com eles.

Nos últimos anos, o Estado brasileiro tem promovido uma série de medidas visando ao enfrentamento, por meio da educação, de todas as formas de discriminação e à constituição de uma cultura dos direitos humanos. Educar para a diversidade não significa apenas reconhecer outros e outras como diferentes, mas refletir sobre as relações e os direitos de

todos/as. E a escola é o espaço sociocultural em que as diferentes identidades se encontram e se modelam, caracterizando-se, portanto, como um dos lugares mais importantes para se educar com vias ao respeito à diferença. Daí a importância de se formarem professores e professoras, orientadores/as pedagógicos/as e demais profissionais da educação básica quanto aos conteúdos específicos das relações de gênero, étnico-raciais e da diversidade de orientação-sexual, para que saibam trabalhar com seus alunos e alunas o tema da diversidade em suas variadas formas e transversalmente.

Educar para a diversidade não significa apenas reconhecer outros como diferentes, mas refletir sobre as relações e os direitos de todos. E a escola é o espaço sociocultural em que as diferentes identidades se encontram e se modelam; é uma das instituições mais importantes para semear e cultivar o respeito à diferença. Daí a importância de orientar os/as educadores/as para que saibam trabalhar com seus/suas alunos/as (da faixa etária dos 11 aos 18 anos) o tema da diversidade, em suas variadas formas e em transversalidade.

Portanto, o curso **Gênero e Diversidade na Escola** tem como objetivo político, social e educacional desenvolver a capacidade dos/as professores/as do Ensino Fundamental da rede pública de compreender e posicionar-se diante das transformações políticas, econômicas e socioculturais que requerem o reconhecimento e o respeito à diversidade sociocultural do povo brasileiro e dos povos de todo o mundo – o reconhecimento de que negros e negras, índios e índias, mulheres e homossexuais, dentre outros grupos discriminados, devem ser respeitados/as em suas identidades, diferenças e especificidades, porque tal respeito é um direito social inalienável.

III - FUNDAMENTAÇÃO PEDAGÓGICA

O curso buscou concretizar os princípios lançados por Paulo Freire, Piaget, Vigotsky e Morin que colocam em destaque a totalidade do ser humano e sua capacidade de construir significados socialmente importantes. A proposta tem como objetivo formar um/a profissional que esteja aberto/a à atualização permanente, capaz de aprender autonomamente e de integrar vários campos do conhecimento, com habilidade para juntar teoria e prática, com iniciativa para enfrentar e resolver problemas e com capacidade de trabalhar em equipe.

O modelo pedagógico está baseado na autonomia do/a cursista, favorecendo o equilíbrio entre o auto-estudo, caracterizado pela aprendizagem individual, e a interação dos participantes, caracterizada pela aprendizagem cooperativa. Este tipo de estratégia adotada promove uma retenção do conhecimento em níveis mais elevados do que aqueles alcançados por métodos tradicionais.

O planejamento e a organização das atividades visam permitir que, ao final do curso, o/a cursista tenha construído um conhecimento básico sobre os temas.

As atividades didáticas potencializam os recursos disponíveis na internet através de hipertextos e interatividade, que possibilitam a livre exploração dos materiais e a cooperação entre os atores envolvidos no processo de aprendizagem. Elas são definidas como um percurso iniciado em que o/a cursista já sabe do tema proposto (suas certezas provisórias). Em seguida, a partir da exploração e da análise de diferentes materiais e recursos, os/as cursistas expressam-se por meio de suas próprias produções. O compartilhamento delas gera novas análises e produções, impulsionando um crescimento contínuo. Ao assumir o compromisso de expor sua produção aos outros, o/a cursista torna-se mais consciente e atento às implicações éticas de seu trabalho.

Este modelo favorece a não-homogeneização das respostas do/a cursista, valorizando a criatividade. Assim, fomenta inúmeras respostas, motivando-o/a a contextualizar e a aprofundar seus argumentos, enfim, a produzir sua própria visão sobre determinado tema. Este modelo também reconhece os/as cursistas e os/as professores/as on-line como sujeitos ativos, considera as múltiplas inteligências dos indivíduos e as inúmeras possibilidades de abordagem multidisciplinar, promovendo, portanto, o respeito à pluralidade.

IV - CURSO-PILOTO: A ESCOLHA DOS MUNICÍPIOS E O PÚBLICO-ALVO

A escolha dos municípios participantes do curso-piloto – Niterói e Nova Iguaçu (RJ), Maringá (PR), Dourados (MS), Porto Velho (RO) e Salvador (BA) – buscou contemplar o critério de territorialidade, daí terem sido escolhidos municípios de todas as regiões brasileiras. Além disso, levando-se em consideração a avaliação futura do projeto, foram selecionados municípios com diferentes perfis, tamanho e localização.

Também foi considerada a articulação político-institucional previamente existente com agentes locais, tanto do poder público como da sociedade civil, que facilitasse a implementação do projeto. Todos os municípios têm Coordenadorias da Mulher e três deles – Salvador, Dourados e Nova Iguaçu – fazem parte do Fórum Intergovernamental de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Os demais têm algum tipo de agência municipal para a promoção da igualdade racial.

Por fim, embora o critério de distribuição da população conforme cor/raça e etnia não tenha sido utilizado, é interessante observar os dados para os municípios participantes (ver tabela Características da população dos municípios, a seguir). Note-se que entre eles encontra-se Salvador, uma das cidades com maior população negra no Brasil, e Dourados, onde a popu-

lação indígena é bastante representativa, muito mais do que na média dos municípios brasileiros. Neste aspecto, cabe analisar como as questões relacionadas às relações étnico-raciais foram trabalhadas por professores/as on-line e cursistas.

CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS					
ESTADOS E MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO RESIDENTE POR COR (%)				
	Branca	Preta	Parda	Amarela	Indígena
Rio de Janeiro	54,7	10,6	33,5	0,2	0,2
Niterói	68,4	7,9	22,3	0,3	0,2
Nova Iguaçu	43,4	12,7	42,3	0,2	0,3
Rondônia	42,6	4,6	50,6	0,2	0,8
Porto Velho	33,2	4,1	60,8	0,2	0,6
Bahia	25,2	13,0	60,1	0,2	0,5
Salvador	23,0	20,4	54,8	0,3	0,8
Paraná	77,2	2,8	18,3	0,9	0,3
Maringá	76,5	2,7	16,9	3,3	0,2
Mato Grosso Sul	54,7	3,4	38,0	0,8	2,6
Dourados	62,1	2,7	30,4	1,3	3,1

FONTE: IBGE- Censo Demográfico 2000

O PÚBLICO PARTICIPANTE

Foram selecionados/as para participar do curso 200 profissionais de educação em cada um dos municípios-pólo. Mesmo que o público prioritário fosse de professores/as, também participaram gestores/as das secretarias estaduais e municipais, orientadores/as educacionais, entre outras categorias envolvidas com a Educação Básica.

Uma vez que o tratamento dos temas discutidos no curso faz-se mais premente quando lidamos com adolescentes e jovens, optou-se por criar o curso dirigido a profissionais envolvidos com o ensino dessa faixa etária. Ao mesmo tempo, o objetivo foi contemplar profissionais das redes municipal e estadual, daí as inscrições terem sido restringidas àqueles envolvidos com turmas de 5ª a 8ª séries do Ensino Fundamental, uma vez que o Ensino Médio é provido majoritariamente pela rede estadual. De qualquer forma, é importante lembrar que freqüentemente o/a professor/a atua tanto no Ensino Fundamental quanto no Ensino Médio.

V - MODALIDADES DE OFERTA DO CURSO E CARGA HORÁRIA

O curso Gênero e diversidade na escola foi realizado parte presencialmente e parte a distância por meio da internet.

Para efeito de determinação de carga-horária, o Módulo I equivale a 26 horas-aula; os Módulos II, III e IV, a 38 horas-aula cada; e o Módulo V a 30 horas-aula. Além do total dessas 170 horas de educação on-line, houve outras 30 horas de atividades presenciais em cada um dos municípios, oferecidas de acordo com o seguinte cronograma:

CIDADES-PÓLO	AULAS PRESENCIAIS 2006
Porto Velho (RO)	10, 11 e 12 de maio
Maringá (PR)	16, 17 e 18 de maio
Niterói (RJ)	22 e 23 de maio
Nova Iguaçu (RJ)	25 e 26 de maio
Dourados (MS)	29, 30 e 31 de maio
Salvador (BA)	13 e 14 de junho

Os módulos, com exceção do último, foram subdivididos em unidades. Cada unidade demandou uma semana de estudo do/a cursista de acordo com o cronograma abaixo:

MÓDULO	PERÍODO
I - Abertura	05 a 25 de junho
II – Gênero	26 de junho a 18 de julho
III – Sexualidade e orientação sexual	19 a 08 de agosto
IV–Relações étnico-raciais	09 de agosto a 29 de agosto
V – Avaliação	30 de agosto a 12 de setembro

Os materiais didáticos e as atividades de aprendizagem cooperativas, interativas e avaliativas ficaram disponíveis no ambiente e-ProInfo. Ao ser matriculado/a, o/a cursista recebeu *login* e senha para ter acesso ao ambiente e foi alocado em uma turma específica para conhecer e trabalhar com o conteúdo do curso. Os Núcleos de Tecnologia Educacional (NTEs) ficaram disponíveis aos/às cursistas para garantir a eles/as o acesso à internet.

Os conteúdos temáticos do curso também foram apresentados na forma de arquivos para serem impressos pelos NTEs, de modo a que ficassem disponíveis nesses Núcleos – existentes em cada um dos municípios – para que o/a cursista pudesse ler ou tirar cópia. Certamente, isso não impediu que o/a cursista imprimisse por conta própria, a partir de arquivos devidamente formatados para tal fim, o material didático que estava no ambiente e-ProInfo. Tal recurso impresso, no entanto, serviu apenas como acessório, pois o curso previu todo o seu

desenvolvimento pela web.

Durante a fase de realização do curso, os/as cursistas foram orientados/as por professores/as on-line que fizeram a mediação da aprendizagem a partir dos conteúdos desenvolvidos pelos/as professores/as especialistas. Nos pólos, os/as cursistas foram acolhidos/as e orientados/as por multiplicadores/as dos NTEs para esclarecimento de dúvidas de caráter tecnológico (de computação, de internet ou de acesso ao e-ProInfo).

Para o total de 1415 cursistas matriculados, foram contratados 30 professores/as on-line distribuídos em 36 turmas. Algumas turmas foram iniciadas com um total de até 40 cursistas para atender a demanda.

Tais turmas foram formadas de acordo com o seguinte critério: do total dos/as cursistas matriculados/as nos municípios, 1/3 deles foram alocados/as em turmas mistas compostas por cursistas dos seis municípios (um total de 6 cursistas de cada um dos seis municípios por turma mista). De acordo com este critério, o curso-piloto teve 36 turmas, sendo 24 com cursistas de um único município (no máximo dois, caso fosse necessário preencher o número) e 12 mistas, com 6 cursistas de cada um dos seis municípios.

Para a formação de turmas, os/as cursistas foram consultados durante a aula presencial sobre a preferência de serem alocados/as em turmas junto com colegas matriculados/as. Para a alocação de cursistas em turmas mistas, levou-se em consideração a existência de alguma experiência prévia que tivessem com a participação em cursos a distância, que poderia ser identificada nas informações que prestaram no momento da inscrição.

O objetivo de estabelecer estes dois tipos de turmas foi, primeiro, produzir a interação entre cursistas de regiões diferentes do país e, com isso, possibilitar a discussão dos temas de acordo com o viés regional; segundo, trabalhar neste curso-piloto com um grupo de controle para, ao final, avaliar se os objetivos foram melhor alcançados com as turmas locais ou com as turmas mistas.

Os/as professores/as on-line foram selecionados/as entre profissionais com bom domínio prévio na área de conhecimento dos módulos e com alguma familiaridade com as tecnologias de trabalho virtual. Para tal atividade foram convocados/as pós-graduandos/as e/ou pós-graduados/as nas áreas afins de conhecimento.

A capacitação dos/as professores/as on-line aconteceu em duas etapas. A primeira, presencial, ocorreu na semana de 20 a 24 de março de 2006, na UERJ, e contou com a presença dos/as representantes dos NTEs e dos/as professores/as especialistas. A segunda, a distância, foi realizada de 15 a 26 de maio de 2006, diretamente no ambiente e-ProInfo, e foi conduzida

pelos/as coordenadores/as pedagógicos/as de EaD e apoiada pela equipe de suporte técnico do CLAM e da SEED/MEC. Dessa segunda capacitação participaram também os/as multiplicadores/as dos NTEs, que deram apoio aos/às cursistas nos pólos.

Na fase de oferta do curso, os/as professores/as on-line foram assistidos/as por duas coordenadoras pedagógicas de EaD, que os/as orientaram em relação à metodologia deste tipo de ensino. Também foram assistidos/as por quatro orientadores/as de tema, que ficaram disponíveis para esclarecer dúvidas quanto à abordagem dos temas principais do curso.

Os/as professores/as on-line foram também apoiados/as por uma monitoria, responsável por acompanhar a participação dos/as cursistas com o objetivo de evitar a evasão.

VI - Temas dos módulos e das unidades

O curso-piloto **Gênero e Diversidade na Escola** foi desenvolvido de modo a permitir o debate transversal sobre as temáticas de gênero, sexualidade e orientação sexual e relações étnico-raciais. Para tanto, foi estruturado em cinco módulos, quatro deles temáticos. O primeiro faz concomitantemente a iniciação na metodologia de aprendizagem a distância e a iniciação no tema.

Importa observar aqui a intenção de promover o debate articulado dos diversos fenômenos estudados – a discriminação de gênero, étnico-racial e por orientação sexual. A correlação entre os assuntos, feita no texto, foi facilitada por meio de referências textuais e hyperlinks, permitindo que o/a cursista transitasse entre os temas.

O curso foi estruturado nos módulos e unidades a seguir:

MÓDULO I – ABERTURA

UNIDADE 1: ORIENTAÇÕES

- Projeto
- Metodologia
- Cronograma
- Avaliação
- Ambiente e-ProInfo

UNIDADE 2: DIVERSIDADE

- Apresentação
- Uma definição de cultura
- A diversidade cultural

- Etnocentrismo, estereótipo e preconceito
- Dinâmica cultural e respeito e valorização da diversidade
- O ambiente escolar em face dos temas tratados

MÓDULO II – GÊNERO

UNIDADE 1: GÊNERO: UM CONCEITO IMPORTANTE PARA O CONHECIMENTO DO MUNDO SOCIAL

- Apropriação cultural da diferença sexual
- Importância da socialização na família e na escola
- Construção social da identidade adolescente/juvenil e suas marcas de gênero
- Diferenças de gênero na organização social da vida pública e privada

UNIDADE 2: A IMPORTÂNCIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA LUTA CONTRA AS DESIGUALDADES DE GÊNERO

- Discriminação de gênero no contexto da desigualdade social e étnico-racial
- A importância dos movimentos sociais
- A contribuição dos estudos de gênero
- A permanência da violência de gênero
- Participação feminina no mercado de trabalho: indicador preciso da desigualdade de gênero

UNIDADE 3: GÊNERO NO COTIDIANO ESCOLAR

- Escola como espaço de equidade de gênero
- O gênero na docência
- Diferenças de gênero no cotidiano escolar
- Sucesso e fracasso escolar através de um enfoque de gênero
- Práticas esportivas construindo o gênero
- Gênero no currículo escolar

MÓDULO III - SEXUALIDADE E ORIENTAÇÃO SEXUAL

UNIDADE 1: SEXUALIDADE: DIMENSÃO CONCEITUAL, DIVERSIDADE, DISCRIMINAÇÃO

- Sexualidade, sociedade e política
- A noção moderna de sexualidade
- O corpo e a sexualidade
- Identidade de gênero e orientação sexual
- Orientação sexual: desejos, comportamentos e identidades sexuais
- O combate à discriminação sexual

UNIDADE 2: SAÚDE, SEXUALIDADE E REPRODUÇÃO

- As experiências e as visões dos/as jovens sobre saúde, sexualidade e temas afins, como diversidade sexual, direitos sexuais e reprodutivos, gravidez, desejo, prazer, afeto, Aids e drogas, a partir do recorte de gênero, étnico-racial e de classe

- Os limites e as possibilidades das propostas educativas no âmbito escolar focadas na saúde, na reprodução e na sexualidade
- A importância de ações conjuntas de diferentes instituições do governo, de empresas e da sociedade civil na construção de ações educativas e assistenciais relativas à saúde, à sexualidade e à reprodução

UNIDADE 3: SEXUALIDADE NO COTIDIANO ESCOLAR

- Diversidade sexual na escola
- Controle sobre o gênero e a sexualidade a partir de jogos e brincadeiras
- Espaços formais de educação sexual na escola
- Diferentes fontes de informação sobre sexualidade

MÓDULO IV – RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

UNIDADE 1: NOÇÕES DE RAÇA, RACISMO E ETNICIDADE

- Os conceitos de raça, racismo e etnicidade
- Sistemas de classificação de cor e raça em uma perspectiva comparada: as diferenças nas classificações raciais entre Brasil e Estados Unidos
- A relação entre as classificações raciais e as formas de racismo
- A inter-relação entre raça, sexualidade, etnia e gênero

UNIDADE 2: DESIGUALDADE RACIAL

- Raça, gênero e desigualdades: alguns dados
- As especificidades da desigualdade étnico-racial no cenário das desigualdades no Brasil
- Estereótipos, preconceito e discriminação racial

UNIDADE 3: IGUALDADE ÉTNICO-RACIAL TAMBÉM SE APRENDE NA ESCOLA

- “Escola Sem Cor” em um país de diferentes raças e etnias
- Estereótipos e preconceitos étnico-raciais no currículo escolar
- Do combate ao racismo à promoção da igualdade étnico-racial
- O que muda com a Lei nº 10.639/2003
- As Diretrizes Curriculares para a educação das relações étnico-raciais

MÓDULO V – AVALIAÇÃO

- Elaboração do Memorial
- Produção e apresentação do trabalho final
- Realização da auto-avaliação

VII - METODOLOGIA DA OFERTA DAS ATIVIDADES A DISTÂNCIA VIA INTERNET

1. APRESENTAÇÃO DO CONTEÚDO

O conteúdo do curso ficou disponível no ambiente e-ProInfo em seis formatos de apresentação:

i. **Ambiente da turma/tela bem-vindo/a** (tela do e-ProInfo) - apresentação do Módulo, com orientações gerais para o/a cursista, seguida de sugestão para que escreva em seu Diário de Bordo (ferramenta do e-ProInfo) o que já sabe e/ou já vivenciou sobre o tema, bem como suas principais indagações, e sempre refletindo sobre sua prática docente local/regional.

ii. **Módulo/conteúdo do Módulo** (tela do e-ProInfo) - com um texto problematizado que cria o interesse pelo estudo do tema.

iii. **Tela-guia** (desenhada para tal fim) - com a divisão do Módulo em unidades, objetivos da aprendizagem e os textos temáticos de cada unidade (assim chamados os textos das unidades subdivididos em itens, cada um tratando de um tema específico).

iv. **Tela com os textos temáticos** (desenhada para tal fim) e seus complementos ancorados (textos complementares, glossário com verbetes conceituais e biográficos, indicações de vídeos e/ou *links* de vídeos disponíveis na internet, leitura complementar e bibliografia indicada).

v. **Tela com resumo da unidade** (desenhada para tal fim) - com os principais pontos da unidade e com sugestão para que o/a cursista volte a escrever no Diário de Bordo o que refletiu a partir da leitura e da interação com seus/suas colegas durante a semana. Traz também a lista da bibliografia consultada pelo/a professor/a especialista na elaboração do texto temático.

vi. **Biblioteca do curso** (ferramenta do e-ProInfo) com acervo do conteúdo para consulta direta do/a cursista.

vii. **Biblioteca digital do CLAM** – além da biblioteca, com textos que ficaram no ambiente e-ProInfo, o CLAM organizou em uma base de dados um outro material complementar relacionado aos temas do projeto, o qual podia ser consultado no site www.clam.org.br com os seguintes itens:

- bibliografia indicada pelos professores especialistas
- documentos de pesquisas do CLAM publicados recentemente
- produção dos pesquisadores do CLAM

- *links* para as bases de dados das políticas públicas dos parceiros institucionais

2. FERRAMENTAS DO E-PROINFO E ATIVIDADES NELAS PROPOSTAS

Diário de Bordo - Na abertura do Módulo, antes portanto da leitura de cada unidade, era proposto que o/a cursista escrevesse o que já sabia ou já tinha vivenciado sobre o tema a ser tratado.

Ao final do estudo, logo depois da leitura do que seus/suas colegas de turma haviam escrito no fórum e da leitura dos textos temáticos e do resumo da unidade, ele/a era novamente convidado/a a escrever no Diário de Bordo para registrar quais idéias:

- a) eram **semelhantes** às dele/a
- b) eram **apenas diferentes** das dele/a
- c) eram **contrárias** ao que ele/a pensa e acredita

O texto produzido no Diário de Bordo pelo/a cursista não era publicado na Biblioteca para ser compartilhado pela turma. Somente o/a professor/a on-line daquele/a cursista tinha acesso a ele.

No Módulo Avaliação, a partir dos registros que o/a cursista fazia em seu Diário de Bordo, ele/a produzia um Memorial.

Fórum – O/a cursista foi convidado/a pelo/a professor/a on-line a participar do Fórum no momento da abertura da unidade. Esse fórum permaneceu aberto durante toda a semana de realização do estudo da unidade, portanto, era aberto na quarta-feira e encerrado na terça-feira da semana seguinte, quando um novo fórum da nova unidade era aberto. O fórum foi estabelecido a partir de um caso que o/a professor/a on-line escolheu para ser posto em debate entre aqueles apresentados a ele no material didático.

Bate-papo - atividade livre que podia ser realizada por iniciativa dos/as cursistas da turma ou de grupos que queriam se formar dentro dela. Porém, a participação em Bate-papo não era considerada para avaliação e ali se fazia presente apenas como uma possibilidade a mais de interação.

3. O TRABALHO DO/A CURSISTA

Logo ao início do módulo, o/a cursista era convidado/a a ler a proposta de estudo e a se dirigir ao Diário de Bordo para escrever o que lhe era solicitado.

Em seguida, a partir da tela-guia, fazia a leitura dos textos temáticos e de seus complemen-

tos. O ritmo de leitura era determinado pelo/a cursista, sabedor de que tinha uma semana para ler os textos temáticos de cada unidade e realizar as atividades propostas no Diário de Bordo e no Fórum, tendo em vista o que era indicado para discussão.

Caso o cursista tivesse alguma dúvida durante a leitura dos textos, poderia solicitar esclarecimento ao professor/a on-line através de tópico de Fórum (ferramenta do e-ProInfo) que estava aberto especificamente para tal fim.

4. COMO O/A PROFESSOR/A ON-LINE ORIENTOU O/A CURSISTA

Nas duas primeiras semanas do curso o/a professor/a on-line pediu aos/às cursistas que:

- fizessem as suas apresentações no fórum específico para isto;
- estudassem e desenvolvessem as atividades do Módulo I (que é composto de apenas uma unidade de conteúdo temático) para que, ao mesmo tempo em que as realizassem, também se familiarizassem com o uso das ferramentas do ambiente;
- pedissem esclarecimentos sobre as dúvidas de metodologia.

Nas nove semanas seguintes, o/a professor/a on-line:

- acompanhou os/as cursistas no estudo e na realização das atividades relativas aos Módulos II, III e IV, mantendo o ritmo de uma semana de estudo para cada unidade, que era iniciada e concluída numa segunda-feira;
- leu e deu visto no primeiro registro feito pelos/as cursistas no Diário de Bordo relativo à unidade;
- participou e conduziu as discussões, prestou esclarecimentos e avaliou a contribuição e o envolvimento dos/as cursistas nos fóruns;
- comentou o segundo registro feito pelos/as cursistas no Diário de Bordo relativo à unidade.

Nas duas últimas semanas do curso o/a professor/a on-line:

- orientou e acompanhou o/a cursista na elaboração do trabalho final, conforme modelo sugerido em formulário próprio para apresentação do projeto;
- orientou para que o/a cursista, a partir de todos os registros feitos em seu Diário de Bordo, escrevesse o Memorial como uma síntese de sua experiência no curso.

As principais atividades e procedimentos que foram solicitadas ao/a professor/a on-line foram as seguintes:

- convocar os/as cursistas a iniciarem as atividades da unidade relativa àquela semana;
- estimular os/as cursistas a realizarem as atividades propostas (leitura, participação no Fórum, registros no Diário de Bordo);
- abrir, motivar, participar e encerrar os fóruns;

- acompanhar os fóruns e sempre conduzir a discussão dos debates no sentido de que não se afastassem do tema central da unidade e que os objetivos de aprendizagem fossem atingidos;
- ser sempre atencioso/a, estimulante, diretivo/a em relação ao tema em pauta, com o cuidado de respeitar as diferenças regionais, culturais e mesmo religiosas que pudessem existir entre os/as cursistas;
- incentivar, nos fóruns e nos textos produzidos no Diário de Bordo, o relato e a troca de experiências docentes entre os/as cursistas, para que fosse aproveitada a riqueza da diversidade regional presente entre os/as participantes;
- solicitar que lessem os textos temáticos, definindo sempre o prazo semanal de leitura de cada unidade e colocando-se à disposição para esclarecer possíveis dúvidas;
- solicitar, ao final da unidade, que cumprissem a atividade proposta na tela-resumo da unidade, e que esta fosse realizada no Diário de Bordo;
- atentar para cumprimento do cronograma semanal da unidade temática e responsabilizar-se por ele, pois o curso tinha data exata de início e conclusão.

5. COMO O/A PROFESSOR/A ON-LINE FOI ACOMPANHADO/A E ORIENTADO/A PELOS/AS COORDENADORES/AS PEDAGÓGICOS E DE TEMA

O/a professor/a on-line foi orientado por duas coordenadoras pedagógicas de educação a distância, que o/a auxiliaram em relação à metodologia de um curso deste tipo. Foi também acompanhado/a por quatro orientadores/as de tema.

O papel dos/as orientadores/as de tema foi basicamente dar apoio aos professores on-line para esclarecer dúvidas, principalmente durante o Módulo dedicado ao tema que orientava e, durante os outros módulos, garantir que houvesse um tratamento transversal de todos os temas.

Para desempenhar esta atividade, os/as orientadores/as de temas participaram da capacitação dos/as professores/as on-line marcada para o período de 15 a 26 de maio.

Durante a oferta do curso, entre 05 de junho a 12 de setembro, os/as orientadores/as de tema ficaram à disposição dos/as professores/as on-line para esclarecer dúvidas a respeito do tratamento e da abordagem dos temas, da condução dos debates nos fóruns e da realização do trabalho final dos/as cursistas. Para isto, foi estabelecida a metodologia descrita a seguir.

Durante as três semanas de realização de um Módulo, o/a orientador/a daquele tema ficou à disposição dos/as professores/as on-line no fórum temático aguardando suas dúvidas. Enquanto isso, os/as outros/as três orientadores/as de temas observavam os fóruns das turmas (12 turmas para cada orientador/a de tema) dedicados à discussão dos casos, visando ajudar a viabilizar com o/a professor/a on-line o tratamento transversal do tema que estivesse

sendo trabalhado no Módulo, comunicando-se com ele/a via webmail.

Esta dinâmica funcionou durante a realização dos Módulos II a IV. No Módulo I, cada um/a dos/das orientadores/as de tema observou nove turmas para garantir o tratamento transversal. No Módulo V, durante a realização do trabalho final, ficaram disponíveis, na mesma proporção de turmas, para orientar os/as professores/as on-line caso fossem solicitados/as. O trabalho dos orientadores/as de temas foi acompanhado pela coordenação geral do projeto.

Os/as professores/as on-line e suas turmas foram acompanhados/as por uma monitoria, que se encarregou de coletar dados da frequência e da participação dos/as cursistas no ambiente de modo a evitar a evasão. Os dados coletados foram entregues aos/às coordenadores/as pedagógicos/as e ao/à professor/a on-line responsável pela turma. Por sua vez, os/as coordenadores/as articularam estratégias, em conjunto com os/as multiplicadores/as dos NTEs, para aumentar a participação dos/as cursistas nas atividades e para evitar que deixassem de ter acesso ao curso pela internet. Duas pessoas responsáveis pelo suporte técnico encarregaram-se de dar o apoio necessário para que o/a cursista utilizasse o e-ProInfo.

6. COMO O/A CURSISTA CONSTRUIU SUA APRENDIZAGEM

O/a cursista aprendeu por sensibilização, conceitos e informações que lhe foram oferecidos, pela interação com os/as colegas e com o/a professor/a on-line e através da reflexão que realizou sobre cada um dos temas tratados. Também aprendeu, a partir da leitura do texto temático e das questões que eram trazidas para o debate no fórum, com colegas de turma e com o/a professor/a on-line.

Para despertá-lo/a para o tema e para que constatasse a manifestação de certas questões a serem tratadas no curso, no início do estudo da unidade do Módulo, o/a cursista era solicitado/a a escrever na ferramenta Diário de Bordo sobre suas próprias experiências em sala de aula e suas opiniões sobre os temas tratados.

Todo o processo de aprendizagem e reflexão do tema realizado pelo/a cursista ficava registrado na ferramenta Diário de Bordo, acessível apenas a ele/a e a seu/sua professor/a on-line. Os registros feitos no Diário de Bordo serviram para que ele/a escrevesse um Memorial que sintetizasse e relatasse os elementos mais importantes de sua trajetória no curso.

O/a cursista estava sempre acompanhado pelo/a professor/a on-line, que comentava sobre suas produções e o/a incentivava para que continuasse registrando suas aquisições em relação à aprendizagem nas ferramentas próprias. Isto proporcionava *feedback* ao/à professor/a on-line, ajudando-o a se orientar em relação ao que deveria propor à turma e a cada cursista individualmente.

No caso de atividades on-line, a aprendizagem também se realizava pela interação e pela cooperação que se davam por meio da participação nos fóruns de discussão, principalmente neste caso em que a diversidade regional e cultural dos/as cursistas é tão variada e enriquecedora para a construção de um conhecimento coletivo.

7. COMO SE DEU A INTERAÇÃO ENTRE O/A CURSISTA E PROFESSOR/A ON-LINE

Primeiramente, na aula presencial em que o cursista conheceu alguns dos membros da equipe de EaD, do CLAM, das Secretarias estadual e municipal, os multiplicadores dos NTEs locais, bem como alguns/algumas professores/as on-line e os/as futuros/as colegas de turma.

As aulas presenciais foram realizadas de acordo com a seguinte estrutura:

PRIMEIRO DIA:

- Abertura do curso com a presença de autoridades locais, de representantes da equipe governamental envolvida com o projeto e dos representantes do CLAM.
- Apresentação do programa do curso, de sua metodologia e dos procedimentos para a realização do curso a distância realizada pela equipe do CLAM e pela coordenação geral de educação a distância.

SEGUNDO DIA:

- Realização de oficina com a coordenadora pedagógica do curso com o objetivo de sensibilizar e motivar os alunos para as temáticas do curso.

Neste segundo dia, os/as cursistas agendaram com os responsáveis pelos NTEs do município horários para fazer a capacitação para uso do ambiente e-ProInfo e a familiarização com as ferramentas do curso.

Posteriormente, em interação com o/a professor/a on-line e com os colegas, através do web-mail, nos fóruns de discussão, nos bate-papos dos quais puderam participar.

Para a interação dos/as cursistas de cada turma foram implantados dois fóruns, a saber:

- Fórum para **discussão do caso**, proposto para a unidade de estudo e com duração de uma semana cada, de participação obrigatória, e no qual estavam inscritos:

- | cursistas da turma
- | professor/a on-line responsável pela turma
- | coordenadores/as pedagógicos/as de EaD (como observadores/as)
- | orientadores/as de tema (como observadores/as)

- Fórum para tirar **dúvidas conceituais** durante a leitura dos textos. De existência permanente durante todo o curso, para ser usado quando os/as cursistas sentissem necessidade de esclarecimento em relação ao texto. Nele estavam inscritos:

- | cursistas da turma
- | professor/a on-line responsável pela turma
- | coordenadores/as pedagógicos/as de EaD (como observadores/as)
- | orientadores/as de tema (como observadores/as)

Para a interação dos/as professores/as on-line com a coordenação do curso foram instalados dois fóruns, a saber:

- **Fórum temático**, para esclarecimento de dúvidas e troca de experiências. Nele estavam inscritos:

- | professores/as on-line
- | orientadores/as de tema
- | coordenador/a pedagógico/a do curso
- | coordenadores/as pedagógicos/as de EaD

- Fórum sobre a **metodologia**, no qual estavam inscritos:

- | professores/as on-line
- | coordenadores/as pedagógicos/as de EaD
- | multiplicadores/as dos NTEs
- | responsáveis pelo suporte técnico
- | monitor das turmas

O suporte técnico foi feito por webmail para esclarecimento de dúvidas em relação ao ambiente e-ProInfo. Além desse suporte, os/as cursistas puderam comparecer pessoalmente ou ligar para os telefones dos NTEs de seu município, que estavam aptos a lhes oferecer as orientações necessárias.

8. PAPEL DOS NÚCLEOS DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL (NTEs) NO CURSO

Os NTEs funcionaram como pólos de apoio para atendimento aos/às cursistas a fim de que tivessem acesso ao curso pela internet. A função dos/as multiplicadores/as dos NTEs era assegurar que o/a cursista não tivesse dificuldade de trabalhar no ambiente e-ProInfo, assim como estimulá-lo/la a que não se atrasasse na realização das atividades e que não se afastasse por muito tempo do ambiente do curso na internet.

9. COMO O/A CURSISTA FOI ORIENTADO/A PARA ELABORAR O TRABALHO FINAL

Durante a realização do Módulo IV, o/a professor/a on-line solicitou ao/à cursista que definisse um grupo de até três colegas (que podiam ou não ser da mesma escola ou da mesma cidade, no caso das turmas mistas). O objetivo era desenvolver um projeto ou uma proposta de atividade sobre um ou vários temas abordados no curso, trabalho este que poderia ser aproveitado na prática docente junto a alunos/as de 5ª. a 8ª. séries do Ensino Fundamental. Este projeto ou atividade poderia também ser realizado individualmente pelo/a cursista.

Na primeira semana da realização do Módulo V, um/a dos/as cursistas deveria apresentar uma prévia de seu trabalho, ou de sua dupla ou trio, para que o/a professor/a on-line pudesse avaliar a pertinência e, se fosse o caso, indicar alguma reformulação.

Os fundamentos, objetivos e a descrição de tal projeto ou proposta foram desenvolvidos pelos/as cursistas, durante a realização do Módulo V, em formulário apropriado para tal fim e que lhes foi entregue em momento oportuno.

Portanto, nas últimas duas semanas do curso, o/a professor/a on-line dedicou especial atenção ao acompanhamento e à avaliação do trabalho acima descrito e do Memorial. À medida que recebia todos esses trabalhos, o/a professor/a on-line escrevia seus comentários, dava nota e as enviava aos cursistas e aos/às coordenadores/as pedagógicos/as. O professor/a on-line teve um prazo de duas semanas, após o encerramento do curso, para concluir tais atividades.

Os critérios de avaliação do Trabalho Final estão indicados abaixo nas rubricas de avaliação.

VIII – Avaliação dos/as cursistas

A avaliação do/a cursista foi feita pelo/a professor/a on-line por meio da análise de quatro itens:

- i. Participação nos fóruns (3.0 pontos)
- ii. Trabalho final (3.0 pontos)
- iii. Memorial (2.0 pontos)
- iv. Auto-avaliação do/a cursista (2.0 pontos)

Para aprovação, a média final é igual a 5.0 (cinco). Os critérios de avaliação seguiram os itens das tabelas abaixo

RUBRICA PARA AVALIAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO NOS FÓRUNS

INDICADORES	ATÉ 3.0 PONTOS (1.0 PELA PARTICIPAÇÃO NOS FÓRUNS DOS MÓDULOS II, III E IV)		
	0.00	0.25	0.50
Atingiu os objetivos propostos em cada uma das unidades do Módulo.			
Trouxe para os debates suas inquietações, experiências de vida e da profissão, ou/e contribuições advindas de pesquisa e de leituras..			

RUBRICA PARA AUTO-AVALIAÇÃO

INDICADORES	ATÉ 2.0 PONTOS			
	0.00	0.10	0.25	0.50
Participei de todos os fóruns do curso, promovendo debates a partir de experiências de vida e profissional, bem como trouxe contribuições de pesquisas a partir de várias fontes: internet, literatura, movimentos sociais etc.				
Interagi e fiz intervenções críticas e éticas com respeito e tolerância à pluralidade dos discursos que emergiam dos debates.				
Fiz registros devidos no Diário de Bordo.				
Colaborei com o grupo na realização do trabalho final do curso.				

RUBRICA PARA MEMORIAL

INDICADORES	ATÉ 2.0 PONTOS			
	0.00	0.50	0.75	1.00
Registrou no Diário de Bordo as suas reflexões sobre o que vivenciou durante o curso e sintetizou-as de modo adequado no Memorial.				
Apresentou a síntese dos conceitos trabalhados ao longo do curso, demonstrando ter incorporado seus principais aspectos.				

RUBRICA PARA AVALIAÇÃO DO TRABALHO FINAL:

INDICADORES	ATÉ 3.0 PONTOS			
	0.00	0.10	0.25	0.50
Os elementos do projeto e/ou atividade propostos estão bem articulados e atendem aos indicadores do enunciado.				
As atividades propostas no projeto contemplam diferentes áreas do conhecimento.				
As atividades propostas no projeto valorizam a diversidade de gênero, de orientação sexual e étnico-racial.				
As atividades propostas no projeto são pertinentes ao que pode ser desenvolvido em sala de aula para alunos/as de 5ª. a 8ª. séries.				
A proposta pressupõe o envolvimento da comunidade escolar (das diversas instâncias da escola e da própria comunidade em que a escola está inserida).				
As atividades propostas no projeto podem ser replicadas em outras realidades.				

Nota: O/a professor/a on-line recebeu planilhas próprias para o lançamento das notas.

IX - AVALIAÇÃO DO CURSO-PILOTO E INDICAÇÕES PARA A PRÓXIMA OFERTA

Como este curso foi piloto, portanto de caráter experimental, sua oferta a educadores e educadoras pretende ser ampliada para um número maior de cursistas, a ser definido, tornando-se importante estabelecer procedimentos de avaliação.

Tal avaliação servirá para estabelecer a metodologia e as diretrizes da próxima edição do curso em relação:

- | Às ações de instituições responsáveis pela realização e execução do projeto e às interações entre elas.
- | À participação de Prefeituras, Secretarias Municipais e de Estado e NTEs das cidades envolvidas na oferta-piloto.
- | Às coordenações geral, executiva, de educação a distância, pedagógica e temática.
- | À qualidade do material didático (em seus aspectos de conteúdo e de eficácia para a realização dos objetivos pedagógicos do curso).
- | À metodologia do ensino on-line utilizado.
- | À adequação do ambiente e-ProInfo e sua utilização.
- | Ao processo de inscrição e seleção dos/as professores/as on-line.
- | À capacitação dos/as professores/as on-line.
- | Ao desempenho dos/as professores/as especialistas e on-line.
- | Ao nível de interatividade entre professores/as especialistas e professores/as on-line e de coordenadores/as pedagógicos/as e de orientadores/as de tema.
- | Ao processo de seleção e matrícula dos/as cursistas.
- | Ao aproveitamento e à auto-avaliação dos/as educadores/as cursistas.
- | Ao funcionamento do sistema de gestão administrativa (procedimentos de inscrição, matrícula, acompanhamento, certificação etc.).
- | Às questões orçamentárias.

Ao final do curso, os/as cursistas, os/as professores/as on-line e os/as orientadores/as responderam a questionários de avaliação sobre o curso-piloto.

X - A DINÂMICA DO CURSO

MÓDULO	UNIDADE	CRONOGRAMA	ATIVIDADE	ÁREA/FERRAMENTA
I. Abertura	1. Orientações	05/06 a 25/06	.Preencher os dados cadastrais	.Dados cadastrais
	2. Diversidade		.Apresentar-se para a turma	.Fórum
II. Gênero	1. Gênero: um conceito importante para o conhecimento do mundo social	26/06 a 18/07	.Ler os textos de orientação	.Conteúdo do Módulo
	2. A importância dos movimentos sociais na luta contra as desigualdades de gênero			
III. Sexualidade	3. Gênero no cotidiano escolar	19/07 a 08/08	.Escrever o primeiro registro no Diário de Bordo da unidade	
	1. Sexualidade: dimensão conceitual, diversidade, discriminação			
IV. Relações étnico-raciais	2. Saúde, sexualidade e reprodução	09/08 a 29/08	.Ler os textos temáticos de cada unidade	.Diário de bordo
	3. Sexualidade no cotidiano escolar		.Participar do Fórum de cada unidade (que abre numa quarta-feira e fecha na terça da semana seguinte)	.Fórum
V. Avaliação	1. Noções de raça, racismo e etnicidade	30/08 a 12/09	.Escrever o segundo registro no Diário de Bordo da unidade	.Conteúdo do Módulo
	2. Desigualdade racial			
	3. Igualdade étnico-racial também se aprende na escola			
			.Elaborar o Memorial a partir dos registros feitos no Diário de Bordo (entrega em 30/08)	
			.Auto-avaliação (entrega em 30/08)	
			.Produção e apresentação do trabalho final (individual ou em grupo):	.E-mail
			a) apresentação prévia do trabalho (21/08);	
			b) versão final (30/08)	

VII

DADOS ESTATÍSTICOS:

O PROJETO EM NÚMEROS

Andreia Barreto ¹

INTRODUÇÃO

Os dados estatísticos do projeto piloto que ora se apresenta busca traduzir em números o desempenho do curso Gênero e Diversidade na Escola. A principal fonte de dados utilizada foi o sistema de gestão desenvolvido pelo CLAM para acompanhamento das inscrições e das matrículas dos cursistas; foi utilizado também o relatório de acompanhamento do curso no ambiente e-Proinfo, elaborado semanalmente pelo monitor de participação do curso.

OS DADOS DO CURSO

O número total de inscritos foi de 1756, sendo que 1415 tiveram suas matrículas aprovadas, 1071 acessaram o e-Proinfo e destes, 865 efetivamente iniciaram o curso (Tabela 1). Os matriculados foram, predominantemente, professoras/es de 5ª a 8ª série do Ensino Fundamental da rede pública. Além destes, participaram gestores das secretarias estaduais e municipais e orientadores educacionais.

TABELA 1

	INSCRITOS	MATRICULADOS	INICIARAM	PARTICIPARAM	APROVADOS	REPROVADOS
			O CURSO	DO CURSO		
Dourados	231	218	183	156	142	14
Maringá	378	323	297	258	218	40
Niterói	165	148	98	72	49	23
Nova Iguaçu	223	214	128	81	48	33
Porto Velho	319	292	173	132	86	46
Salvador	440	220	192	166	142	24
Total	1756	1415	1071	865	685	180

1. Assessora de Projetos do CLAM, Coordenadora Executiva do projeto Gênero e Diversidade na Escola

PERFIL DOS CURSISTAS

Do total dos inscritos, 85% eram mulheres (gráfico 1), em sua maioria com idades variando entre 30 e 50 anos (gráfico 2), trabalhando em escolas estaduais (gráfico 3) predominantemente urbanas (gráfico 4). Embora a grande maioria tenha declarado participação em atividade ou trabalho prévio relativo à temática do curso dentro ou fora da área de educação, apenas 8% já haviam sido alunos em algum outro curso de educação a distância.

GRÁFICO 1

SEXO

Inscritos: total 1756

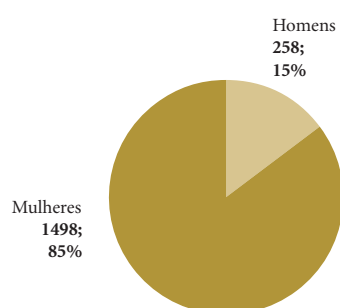


GRÁFICO 2

IDADE

Inscritos: total 1756

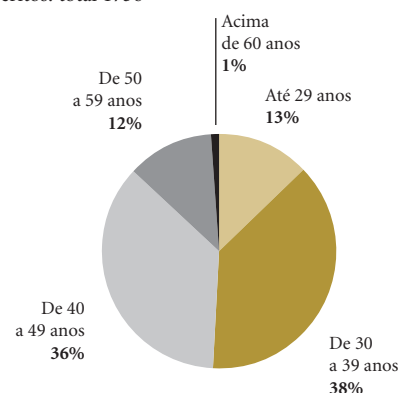


GRÁFICO 3

TIPO DE ESCOLA

Inscritos: total 1756

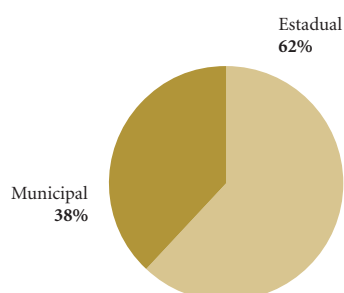
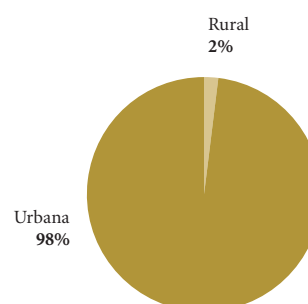


GRÁFICO 4

LOCALIZAÇÃO DA ESCOLA

Inscritos: total 1756



DADOS DE EVASÃO

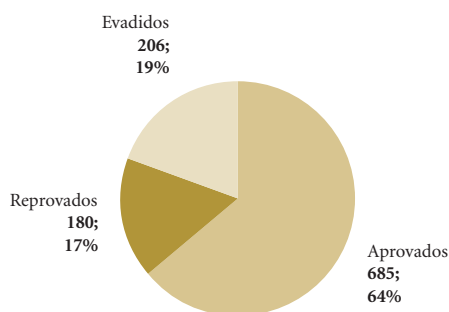
A evasão ou abandono é passível de ocorrer em diferentes fases do curso. O aluno pode inscrever-se, mas não matricular-se; ou matricular-se sem, entretanto, iniciar o curso; ou abandonar o curso ao longo de suas diferentes fases. De acordo com dados da Open University da

Grã-Bretanha, 13% dos alunos abandonam antes do início do curso, 38% antes da primeira atividade e 17% ao longo do curso. Na Universidad Nacional de Educación a Distância (UNED – Espanha), 58% dos alunos abandonam antes de começar o curso e 14% não obtêm a titulação. No Brasil, segundo o Anuário Brasileiro Estatístico de Educação Aberta e a Distância (ABED/Monitor/MEC, 2005), apenas 11% das instituições que trabalharam em 2004 com educação a distância apresentaram índices de evasão menores que 30%. A maioria (65%) teve índices de evasão superiores a 70%. Em nosso caso, dos 1756 inscritos, 1415 matricularam-se efetivamente e 1071 iniciaram as atividades *on-line*. Desse modo, 18,4% dos inscritos não tiveram a matrícula aprovada e, dos que se matricularam, 2,7% não acessaram o primeiro módulo. Ao se tomar como referência o número de alunos que efetivamente iniciou o curso, a taxa de evasão fica em 19%.

GRÁFICO 5

CURSISTAS QUE ACESSARAM O AVA

Total 1071



Há muitas variações, entretanto, quando cada município é avaliado separadamente. Quanto à evasão depois de iniciado o curso, os seis municípios trabalhados poderiam ser divididos em três grupos. Em contraste com os demais, o município de Nova Iguaçu apresenta índice de evasão particularmente alto (36%). Em posição intermediária, estão Niterói e Porto Velho, com índices de evasão de 25% e 22%, respectivamente. No último grupo, com taxas de evasão menores, estão Dourados (14%), Salvador (12%) e Maringá (12%). As razões para permanência ou abandono são inúmeras. Ressaltamos aqui que os municípios com menor taxa de evasão (Salvador e Maringá) são justamente aqueles em que a conclusão de cursos de atualização implica aumento salarial para os professores. No município com maior taxa de evasão (Nova Iguaçu), além de não haver incentivo salarial para que os professores concluam cursos de atualização, houve ainda problemas de acesso a computadores por parte dos cursistas.

Os municípios com menor taxa de evasão são também aqueles com maiores índices de aprovação: Dourados (78%); Salvador (75%); e, finalmente, Maringá (74%). Niterói e Porto Velho mantêm posição intermediária também no que diz respeito à aprovação, com índices

de 52% e 50%, respectivamente. Nova Iguaçu teve o menor índice de aprovação (37%).

DETALHAMENTO DO DESEMPENHO DAS TURMAS

LEGENDAS

- | E-PROINFO: Matriculados que acessaram o e-Proinfo.
- | PARTICIPANTES: Matriculados que participaram de, pelo menos, uma fase do programa.
- | REPROVADOS POR INÉRCIA: Matriculados que não acessaram o e-Proinfo.
- | REPROVADOS POR EVASÃO: Quantitativo de matriculados que acessaram o e-Proinfo, mas não prosseguiram no programa.
- | REPROVADOS POR NOTA: Cursistas com média final menor que 5,0.

GDE 1

DOURADOS

MATRICULADOS	E-PROINFO	PARTICIPARAM	APROVADOS	REPROVADOS	P/ INÉRCIA	P/ EVASÃO	P/ NOTA
40	38	35	34	6	2	3	1

PERCENTUAIS

Matriculados que não iniciaram o programa	5,00%
Matriculados que saíram durante o programa	7,50%
Matriculados que participaram do programa	87,50%
Participantes reprovados por notas	2,86%
Participantes aprovados	97,14%

GDE 2

DOURADOS

MATRICULADOS	E-PROINFO	PARTICIPARAM	APROVADOS	REPROVADOS	P/ INÉRCIA	P/ EVASÃO	P/ NOTA
40	30	25	25	15	10	5	0

PERCENTUAIS

Matriculados que não iniciaram o programa	25,00%
Matriculados que saíram durante o programa	12,50%
Matriculados que participaram do programa	62,50%
Participantes reprovados por notas	0,00%
Participantes aprovados	100,00%

GDE 3

DOURADOS

MATRICULADOS	E-PROINFO	PARTICIPARAM	APROVADOS	REPROVADOS	P/ INÉRCIA	P/ EVASÃO	P/ NOTA
40	34	29	23	17	6	5	6

PERCENTUAIS

Matriculados que não iniciaram o programa	15,00%
Matriculados que saíram durante o programa	12,50%
Matriculados que participaram do programa	72,50%
Participantes reprovados por notas	20,69%
Participantes aprovados	79,31%

GDE 4

DOURADOS, PORTO VELHO E SALVADOR

MATRICULADOS	E-PROINFO	PARTICIPARAM	APROVADOS	REPROVADOS	P/ INÉRCIA	P/ EVASÃO	P/ NOTA
39	34	22	19	20	5	12	3

PERCENTUAIS

Matriculados que não iniciaram o programa	12,82%
Matriculados que saíram durante o programa	30,77%
Matriculados que participaram do programa	56,41%
Participantes reprovados por notas	13,64%
Participantes aprovados	86,36%

GDE 5

MARINGÁ

MATRICULADOS	E-PROINFO	PARTICIPARAM	APROVADOS	REPROVADOS	P/ INÉRCIA	P/ EVASÃO	P/ NOTA
39	36	30	24	15	3	6	6

PERCENTUAIS

Matriculados que não iniciaram o programa	7,69%
Matriculados que saíram durante o programa	15,38%
Matriculados que participaram do programa	76,92%
Participantes reprovados por notas	20,00%
Participantes aprovados	80,00%

GDE 6

MARINGÁ

MATRICULADOS	E-PROINFO	PARTICIPARAM	APROVADOS	REPROVADOS	P/ INÉRCIA	P/ EVASÃO	P/ NOTA
39	36	35	30	9	3	1	5

PERCENTUAIS

Matriculados que não iniciaram o programa	7,69%
Matriculados que saíram durante o programa	2,56%
Matriculados que participaram do programa	89,74%
Participantes reprovados por notas	14,29%
Participantes aprovados	85,71%

GDE 7

MARINGÁ

MATRICULADOS	E-PROINFO	PARTICIPARAM	APROVADOS	REPROVADOS	P/ INÉRCIA	P/ EVASÃO	P/ NOTA
40	35	33	25	15	5	2	8

PERCENTUAIS

Matriculados que não iniciaram o programa	12,50%
Matriculados que saíram durante o programa	5,00%
Matriculados que participaram do programa	82,50%
Participantes reprovados por notas	24,24%
Participantes aprovados	75,76%

GDE 8

MARINGÁ

MATRICULADOS	E-PROINFO	PARTICIPARAM	APROVADOS	REPROVADOS	P/ INÉRCIA	P/ EVASÃO	P/ NOTA
38	37	32	27	11	1	5	5

PERCENTUAIS

Matriculados que não iniciaram o programa	2,63%
Matriculados que saíram durante o programa	13,16%
Matriculados que participaram do programa	84,21%
Participantes reprovados por notas	15,63%
Participantes aprovados	84,00%

GDE 9

MARINGÁ

MATRICULADOS	E-PROINFO	PARTICIPARAM	APROVADOS	REPROVADOS	P/ INÉRCIA	P/ EVASÃO	P/ NOTA
38	34	27	23	15	4	7	4

PERCENTUAIS

Matriculados que não iniciaram o programa	10,53%
Matriculados que saíram durante o programa	18,42%
Matriculados que participaram do programa	71,05%
Participantes reprovados por notas	14,81%
Participantes aprovados	85,19%

GDE 10

MARINGÁ

MATRICULADOS	E-PROINFO	PARTICIPARAM	APROVADOS	REPROVADOS	P/ INÉRCIA	P/ EVASÃO	P/ NOTA
39	36	27	27	12	3	9	0

PERCENTUAIS

Matriculados que não iniciaram o programa	7,69%
Matriculados que saíram durante o programa	23,08%
Matriculados que participaram do programa	69,23%
Participantes reprovados por notas	0,00%
Participantes aprovados	100,00%

GDE 11

MARINGÁ E NOVA IGUAÇU

MATRICULADOS	E-PROINFO	PARTICIPARAM	APROVADOS	REPROVADOS	P/ INÉRCIA	P/ EVASÃO	P/ NOTA
37	27	9	6	31	10	18	3

PERCENTUAIS

Matriculados que não iniciaram o programa	27,03%
Matriculados que saíram durante o programa	48,65%
Matriculados que participaram do programa	24,32%
Participantes reprovados por notas	33,33%
Participantes aprovados	66,67%

GDE 12

MISTA

MATRICULADOS	E-PROINFO	PARTICIPARAM	APROVADOS	REPROVADOS	P/ INÉRCIA	P/ EVASÃO	P/ NOTA
41	35	31	21	20	6	4	10

PERCENTUAIS

Matriculados que não iniciaram o programa	14,63%
Matriculados que saíram durante o programa	9,76%
Matriculados que participaram do programa	75,61%
Participantes reprovados por notas	32,26%
Participantes aprovados	67,74%

GDE 13

MISTA

MATRICULADOS	E-PROINFO	PARTICIPARAM	APROVADOS	REPROVADOS	P/ INÉRCIA	P/ EVASÃO	P/ NOTA
41	35	29	23	18	6	6	6

PERCENTUAIS

Matriculados que não iniciaram o programa	14,63%
Matriculados que saíram durante o programa	14,63%
Matriculados que participaram do programa	70,73%
Participantes reprovados por notas	20,69%
Participantes aprovados	79,31%

GDE 14

MISTA

MATRICULADOS	E-PROINFO	PARTICIPARAM	APROVADOS	REPROVADOS	P/ INÉRCIA	P/ EVASÃO	P/ NOTA
40	30	30	22	18	10	0	8

PERCENTUAIS

Matriculados que não iniciaram o programa	25,00%
Matriculados que saíram durante o programa	0,00%
Matriculados que participaram do programa	75,00%
Participantes reprovados por notas	26,67%
Participantes aprovados	73,33%

GDE 15

MISTA

MATRICULADOS	E-PROINFO	PARTICIPARAM	APROVADOS	REPROVADOS	P/ INÉRCIA	P/ EVASÃO	P/ NOTA
40	31	23	20	20	9	8	3

PERCENTUAIS

Matriculados que não iniciaram o programa	20,50%
Matriculados que saíram durante o programa	20,00%
Matriculados que participaram do programa	57,50%
Participantes reprovados por notas	13,04%
Participantes aprovados	86,96%

GDE 16

MISTA

MATRICULADOS	E-PROINFO	PARTICIPARAM	APROVADOS	REPROVADOS	P/ INÉRCIA	P/ EVASÃO	P/ NOTA
39	29	18	18	21	10	11	0

PERCENTUAIS

Matriculados que não iniciaram o programa	25,64%
Matriculados que saíram durante o programa	28,21%
Matriculados que participaram do programa	46,15%
Participantes reprovados por notas	0,00%
Participantes aprovados	100,00%

GDE 17

MISTA

MATRICULADOS	E-PROINFO	PARTICIPARAM	APROVADOS	REPROVADOS	P/ INÉRCIA	P/ EVASÃO	P/ NOTA
39	32	21	18	21	7	11	3

PERCENTUAIS

Matriculados que não iniciaram o programa	17,95%
Matriculados que saíram durante o programa	28,21%
Matriculados que participaram do programa	53,85%
Participantes reprovados por notas	14,29%
Participantes aprovados	85,71%

GDE 18

MISTA

MATRICULADOS	E-PROINFO	PARTICIPARAM	APROVADOS	REPROVADOS	P/ INÉRCIA	P/ EVASÃO	P/ NOTA
42	30	21	18	24	12	9	3

PERCENTUAIS

Matriculados que não iniciaram o programa	28,57%
Matriculados que saíram durante o programa	21,43%
Matriculados que participaram do programa	50,00%
Participantes reprovados por notas	14,29%
Participantes aprovados	85,71%

GDE 19

MISTA

MATRICULADOS	E-PROINFO	PARTICIPARAM	APROVADOS	REPROVADOS	P/ INÉRCIA	P/ EVASÃO	P/ NOTA
41	31	26	21	20	10	5	5

PERCENTUAIS

Matriculados que não iniciaram o programa	24,39%
Matriculados que saíram durante o programa	12,20%
Matriculados que participaram do programa	63,41%
Participantes reprovados por notas	19,23%
Participantes aprovados	80,77%

GDE 20

MISTA

MATRICULADOS	E-PROINFO	PARTICIPARAM	APROVADOS	REPROVADOS	P/ INÉRCIA	P/ EVASÃO	P/ NOTA
41	28	28	25	16	13	0	3

PERCENTUAIS

Matriculados que não iniciaram o programa	31,71%
Matriculados que saíram durante o programa	0,00%
Matriculados que participaram do programa	68,29%
Participantes reprovados por notas	10,71%
Participantes aprovados	89,29%

GDE 21

MISTA

MATRICULADOS	E-PROINFO	PARTICIPARAM	APROVADOS	REPROVADOS	P/ INÉRCIA	P/ EVASÃO	P/ NOTA
41	31	25	18	23	10	6	7

PERCENTUAIS

Matriculados que não iniciaram o programa	24,39%
Matriculados que saíram durante o programa	14,63%
Matriculados que participaram do programa	60,98%
Participantes reprovados por notas	28,00%
Participantes aprovados	72,00%

GDE 22

MISTA

MATRICULADOS	E-PROINFO	PARTICIPARAM	APROVADOS	REPROVADOS	P/ INÉRCIA	P/ EVASÃO	P/ NOTA
40	31	29	25	15	9	2	4

PERCENTUAIS

Matriculados que não iniciaram o programa	22,50%
Matriculados que saíram durante o programa	5,00%
Matriculados que participaram do programa	72,50%
Participantes reprovados por notas	13,79%
Participantes aprovados	86,21%

GDE 23

MISTA

MATRICULADOS	E-PROINFO	PARTICIPARAM	APROVADOS	REPROVADOS	P/ INÉRCIA	P/ EVASÃO	P/ NOTA
41	33	28	22	19	8	5	6

PERCENTUAIS

Matriculados que não iniciaram o programa	19,51%
Matriculados que saíram durante o programa	12,20%
Matriculados que participaram do programa	68,29%
Participantes reprovados por notas	21,43%
Participantes aprovados	78,57%

GDE 24

NITERÓI

MATRICULADOS	E-PROINFO	PARTICIPARAM	APROVADOS	REPROVADOS	P/ INÉRCIA	P/ EVASÃO	P/ NOTA
39	33	30	16	23	6	3	14

PERCENTUAIS

Matriculados que não iniciaram o programa	15,38%
Matriculados que saíram durante o programa	7,69%
Matriculados que participaram do programa	76,92%
Participantes reprovados por notas	46,67%
Participantes aprovados	53,33%

GDE 25

NITERÓI

MATRICULADOS	E-PROINFO	PARTICIPARAM	APROVADOS	REPROVADOS	P/ INÉRCIA	P/ EVASÃO	P/ NOTA
38	24	14	14	24	14	10	0

PERCENTUAIS

Matriculados que não iniciaram o programa	36,84%
Matriculados que saíram durante o programa	26,32%
Matriculados que participaram do programa	36,84%
Participantes reprovados por notas	0,00%
Participantes aprovados	100,00%

GDE 26

NITERÓI E PORTO VELHO

MATRICULADOS	E-PROINFO	PARTICIPARAM	APROVADOS	REPROVADOS	P/ INÉRCIA	P/ EVASÃO	P/ NOTA
37	18	10	8	29	19	8	2

PERCENTUAIS

Matriculados que não iniciaram o programa	51,35%
Matriculados que saíram durante o programa	21,62%
Matriculados que participaram do programa	27,03%
Participantes reprovados por notas	20,00%
Participantes aprovados	80,00%

GDE 27

NOVA IGUAÇU

MATRICULADOS	E-PROINFO	PARTICIPARAM	APROVADOS	REPROVADOS	P/ INÉRCIA	P/ EVASÃO	P/ NOTA
38	27	16	7	31	11	11	9

PERCENTUAIS

Matriculados que não iniciaram o programa	28,95%
Matriculados que saíram durante o programa	28,95%
Matriculados que participaram do programa	42,11%
Participantes reprovados por notas	56,25%
Participantes aprovados	43,75%

GDE 28

NOVA IGUAÇU

MATRICULADOS	E-PROINFO	PARTICIPARAM	APROVADOS	REPROVADOS	P/ INÉRCIA	P/ EVASÃO	P/ NOTA
38	20	15	10	29	19	5	5

PERCENTUAIS

Matriculados que não iniciaram o programa	48,72%
Matriculados que saíram durante o programa	12,82%
Matriculados que participaram do programa	38,46%
Participantes reprovados por notas	33,33%
Participantes aprovados	66,67%

GDE 29

NOVA IGUAÇU

MATRICULADOS	E-PROINFO	PARTICIPARAM	APROVADOS	REPROVADOS	P/ INÉRCIA	P/ EVASÃO	P/ NOTA
38	14	13	7	31	24	1	6

PERCENTUAIS

Matriculados que não iniciaram o programa	63,16%
Matriculados que saíram durante o programa	2,63%
Matriculados que participaram do programa	34,21%
Participantes reprovados por notas	46,15%
Participantes aprovados	53,85%

GDE 30

PORTO VELHO

MATRICULADOS	E-PROINFO	PARTICIPARAM	APROVADOS	REPROVADOS	P/ INÉRCIA	P/ EVASÃO	P/ NOTA
40	27	27	16	24	13	0	11

PERCENTUAIS

Matriculados que não iniciaram o programa	32,50%
Matriculados que saíram durante o programa	0,00%
Matriculados que participaram do programa	67,50%
Participantes reprovados por notas	40,74%
Participantes aprovados	59,26%

GDE 31

PORTO VELHO

MATRICULADOS	E-PROINFO	PARTICIPARAM	APROVADOS	REPROVADOS	P/ INÉRCIA	P/ EVASÃO	P/ NOTA
38	23	17	10	28	15	6	7

PERCENTUAIS

Matriculados que não iniciaram o programa	39,47%
Matriculados que saíram durante o programa	15,79%
Matriculados que participaram do programa	44,74%
Participantes reprovados por notas	41,18%
Participantes aprovados	58,82%

GDE 32

PORTO VELHO

MATRICULADOS	E-PROINFO	PARTICIPARAM	APROVADOS	REPROVADOS	P/ INÉRCIA	P/ EVASÃO	P/ NOTA
38	26	23	14	24	12	3	9

PERCENTUAIS

Matriculados que não iniciaram o programa	31,58%
Matriculados que saíram durante o programa	7,89%
Matriculados que participaram do programa	60,53%
Participantes reprovados por notas	39,13%
Participantes aprovados	60,87%

GDE 33

PORTO VELHO

MATRICULADOS	E-PROINFO	PARTICIPARAM	APROVADOS	REPROVADOS	P/ INÉRCIA	P/ EVASÃO	P/ NOTA
37	14	8	8	29	23	6	0

PERCENTUAIS

Matriculados que não iniciaram o programa	62,16%
Matriculados que saíram durante o programa	16,22%
Matriculados que participaram do programa	21,62%
Participantes reprovados por notas	0,00%
Participantes aprovados	100,00%

GDE 34

NOVA IGUAÇU

MATRICULADOS	E-PROINFO	PARTICIPARAM	APROVADOS	REPROVADOS	P/ INÉRCIA	P/ EVASÃO	P/ NOTA
38	21	16	12	26	17	5	4

PERCENTUAIS

Matriculados que não iniciaram o programa	44,74%
Matriculados que saíram durante o programa	13,16%
Matriculados que participaram do programa	42,11%
Participantes reprovados por notas	25,00%
Participantes aprovados	75,00%

GDE 35

SALVADOR

MATRICULADOS	E-PROINFO	PARTICIPARAM	APROVADOS	REPROVADOS	P/ INÉRCIA	P/ EVASÃO	P/ NOTA
39	33	30	24	15	6	3	6

PERCENTUAIS

Matriculados que não iniciaram o programa	15,38%
Matriculados que saíram durante o programa	7,69%
Matriculados que participaram do programa	76,92%
Participantes reprovados por notas	20,00%
Participantes aprovados	80,00%

GDE 36

SALVADOR

MATRICULADOS	E-PROINFO	PARTICIPARAM	APROVADOS	REPROVADOS	P/ INÉRCIA	P/ EVASÃO	P/ NOTA
41	35	33	25	16	6	2	8

PERCENTUAIS

Matriculados que não iniciaram o programa	14,63%
Matriculados que saíram durante o programa	4,88%
Matriculados que participaram do programa	80,49%
Participantes reprovados por notas	24,24%
Participantes aprovados	75,76%

VIII

A PERSPECTIVA DOS PROFESSORES

ON-LINE: TEMÁTICAS E TRANSVERSALIDADES

NO AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM¹

Os/as professores/as on-line representam um importante segmento do curso **Gênero e Diversidade na Escola**, pois acumularam experiências fundamentais – como participantes e observadores atentos – para a avaliação do curso como um todo. Principalmente pelo fato de este curso ter sido realizado em sua etapa-piloto, o relato dessas experiências torna-se uma fonte valiosa para ser aproveitada nas próximas versões do projeto.

Para que fosse registrado e sistematizado o ponto de vista dos/as professores/as, todos responderam a um questionário de 30 perguntas entre setembro e outubro de 2006. O questionário enfocou questões essenciais do curso, como o conteúdo temático, a metodologia de ensino utilizada e as tecnologias escolhidas para o curso a distância.

Sobre o perfil dos/as professores/as, observou-se que a grande maioria domina a temática de gênero (85%) e sexualidade e orientação sexual (73%), e menos da metade (46%) trabalha diretamente com relações étnico-raciais. Além disso, muitos conhecem bem a área de educação (81%), mas poucos tinham experiência anterior em educação a distância (19%).

TEXTOS TEMÁTICOS

Os/as professores/as, de uma forma geral, avaliaram bem o conteúdo e a linguagem dos textos temáticos do curso.

Em relação ao Módulo I: *Abertura*, houve uma avaliação geral no sentido de ter sido importante tratar ali transversalidade e alguns conceitos fundamen-

1. Texto elaborado com base no relatório de análise dos questionários aplicados aos professores on-line, de autoria de Elizabeth Rondelli, Karla Vaz Cavalcanti e Maria Lúcia Cardoso.

tais para a compreensão do curso. Os/as professores/as sugeriram que os textos do Módulo I introduzam de forma mais enfática as principais idéias dos outros módulos e apresentem mais conteúdo sobre direitos humanos e legislação.

No Módulo II: *Gênero*, o conteúdo e a linguagem dos textos foram considerados acessíveis, embora alguns professores/as tenham afirmado que o excesso de informações que continham tenham causado dificuldades de entendimento entre os/as cursistas. Alguns/algumas professores/as sugeriram que a discussão do conceito de gênero poderia estar mais relacionada à prática pedagógica e às relações do ambiente escolar.

O Módulo III: *Sexualidade e Orientação Sexual* foi considerado o mais difícil de ser trabalhado, principalmente pelo fato de envolver questões de ordem cultural, ética e religiosa. Na unidade 2, por exemplo, uma professora afirmou que entre os/as cursistas ainda era naturalizada a visão da sexualidade juvenil como um problema, como a possibilidade de uma jovem querer ser mãe, o que deveria ser sanado, na visão deles/as, pela informação. A unidade 3 suscitou bastante interesse por parte dos/as cursistas, pois discutiu a sexualidade na escola.

Os/as professores, de uma forma geral, sugeriram que seja viabilizado um tempo maior para trabalhar esse módulo porque, além de extenso, possui questões importantes e complexas. Além disso, foi proposta uma articulação maior entre o Módulo de Gênero e o de Sexualidade, e que também a questão de transgêneros seja mais trabalhada na unidade 3.

Um grande número de professores/as afirmou que o conteúdo do módulo IV: *Relações étnico-raciais* era mais conhecido de certos/as cursistas, o que resultou em maior facilidade para emitirem opiniões, ainda que estas fossem muito baseadas no senso comum. Segundo uma professora, a utilização de pressupostos teóricos de Lévi-Strauss como referencial dificultou a sua compreensão para uma turma, composta por cursistas com diferentes níveis de entendimento teórico.

Os/as professores/as avaliaram que nos textos da unidade 1 deste módulo faltou uma definição mais aprofundada dos conceitos de raça e etnia, além da distinção entre ambos os conceitos. No entanto, a unidade 2, de acordo com uma professora, apresentou linguagem bastante didática, o que levou à apropriação do conteúdo por parte dos/as cursistas. Os/as professores/as sugeriram que a questão das ações afirmativas seja mais ampliada, em especial a discussão das cotas, e que o conceito de etnicidade possa ser mais trabalhado nos textos deste módulo.

Como observações gerais sobre os textos temáticos de todo o curso, os/as professores/as reiteraram que o conteúdo deveria estar mais próximo da realidade das escolas, inclusive valendo-se de pesquisas na área da educação que não foram consideradas. Alguns/algumas professores/as argumentaram que como os/as cursistas insistiram em inserir suas concepções reli-

gias nas discussões, esta questão tem que ser tomada como um referencial importante para ser trabalhado numa próxima etapa do curso. Também foi lembrado que é necessário pensar em maneiras de fazer funcionar de maneira mais efetiva a transversalidade dos temas.

A avaliação feita pelos/as professores/as on-line sobre como o conteúdo (textos temáticos) do curso foi editado nos módulos foi bastante positiva. Entre as observações anotadas por eles/elas, destacam-se o conteúdo bem apresentado e editado, tanto na tela do computador quanto na impressão, com fotos e textos claros e nítidos, as indicações de pesquisa e as orientações adequadas.

AVALIAÇÃO DOS CASOS

Segundo os/as professores/as, a discussão dos casos foi um recurso didático bastante funcional, mas revelou que os casos não estavam completamente de acordo com o conteúdo dos textos do curso. Foi verificado também que os debates em torno dos casos seguiram por caminhos que se distanciaram muitas vezes do foco principal dos temas apresentados.

No Módulo II, os casos estimularam os/as cursistas a relacionar suas experiências pessoais e profissionais com os temas em discussão. Dessa forma, refletiram sobre as relações de gênero, a violência contra a mulher, a importância dos movimentos sociais e o papel da escola na construção/desconstrução das desigualdades de gênero, ainda que o debate nos fóruns não tenha se articulado, como esperado, com os conceitos apresentados nos textos das unidades.

Os casos do Módulo III foram considerados bons e revelaram as dificuldades dos/as cursistas em lidar com os temas propostos. Como afirmou uma professora, os/as cursistas tinham uma perspectiva excessivamente disciplinadora no que se refere às propostas de abordagem educativa, principalmente quanto à prevenção de gravidez, às DST's e à AIDS.

No Módulo IV a avaliação dos casos mostrou que os/as professores/as apresentaram opiniões diferentes: enquanto alguns/algumas acharam que os casos não provocaram uma troca aprofundada de idéias, outros afirmaram que eles ajudaram nas discussões e permitiram um diálogo conceitual maior. Os/as professores/as atentaram para o fato de que não foi dado muito espaço para a questão indígena no debate.

UTILIZAÇÃO DE BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

O uso de bibliografia complementar, seja a de referência dos textos do curso ou a advinda de pesquisa própria, foi avaliado como um importante recurso para o trabalho dos/as profes-

sores/as on-line. Ele foi mais utilizado no Módulo IV, de relações étnico-raciais, provavelmente por ser o tema deste módulo dominado por apenas 46% dos/as professores/as.

Nos acessos à biblioteca virtual que se encontra no site do CLAM, realizados por 59% dos/as professores/as, 22% encontraram o que procuravam e 34% obtiveram parcialmente as referências bibliográficas que buscavam.

ORIENTAÇÃO TEMÁTICA

A avaliação geral do fórum de orientação temática foi muito boa. Para a maioria dos/as professores/as, ela contribuiu muito para o andamento das turmas; além disso, as orientações deixaram os professores mais seguros sobre os temas que não dominavam. Os fóruns tornaram-se um importante espaço para compartilhar os êxitos e as dificuldades durante o curso. O fórum de orientação temática do Módulo III foi o que contou com uma maior participação, provavelmente por ter sido o mais polêmico do curso.

CONDIÇÕES EM QUE FOI REALIZADO O TRABALHO DO/A PROFESSOR/A ON-LINE

Os/as professores/as/ on-line elegeram o relacionamento com os/as cursistas e o domínio do conteúdo como os pontos que mais facilitaram a realização do trabalho.

O tempo previsto para a realização de cada tarefa – seja para a leitura e o retorno do material que os/as cursistas postavam, ou mesmo para a participação dos/as professores/as nas salas de bate-papo – não foi suficiente. A equipe on-line afirmou que para dar conta de todas as atividades foi necessária uma maior dedicação, que ultrapassou as 10 horas calculadas para o trabalho semanal.

A dificuldade relacionada ao uso das tecnologias também foi avaliada como um ponto negativo nas condições de trabalho dos/as professores/as on-line. Especificamente, as falhas do ambiente e-ProInfo foram citadas de modo recorrente nos questionários e relacionaram-se ao problema da distribuição do tempo por atividades.

Quanto às dificuldades pedagógicas, a falta de experiência na metodologia do ensino a distância, os obstáculos em encontrar formas de estimular os/as cursistas a participar mais do fórum, trazer a discussão para o cotidiano da escola e interferir para que os/as cursistas cumprissem os prazos foram os principais pontos levantados pelos/as professores/as.

Nas questões metodológicas, uma professora atentou para o fato de as muitas divisões e sub-

divisões das etapas do curso terem dificultado o trabalho:

O excesso de "nomes" (por exemplo, Registro 1, Módulo 1, Unidade 2) faz com que cursistas se confundam muito e acabem não conseguindo participar segundo o "detalhado" modelo. Lembrar cursistas o tempo todo de como efetuar os registros corretamente foi algo que me tornou "a chata do registro-modelo". Para driblar isso, tentei sempre ser simpática com as/os cursistas e motivar didaticamente a execução correta das tarefas (professora das turmas GDE 07 e GDE 15).

O relato da professora da turma GDE 11 exemplifica bem as demandas dos/as professores/as:

Acho que em geral o curso cumpriu seu objetivo de colocar em questão os temas propostos. Senti que a dificuldade dos/as cursistas com o ambiente virtual (refletida na falta de familiaridade com o computador e a internet e na dificuldade de um acesso eficiente a estes meios, bem como uma resistência inicial à forma de relacionamento professor/a cursista pela internet) foi um dos maiores entraves para o melhor andamento do curso. Acho que esta dificuldade, potencializada pelo pequeno prazo para a conclusão das unidades, e tendo em vista ainda que os/as cursistas já têm, sem o curso, uma carga horária de trabalho bastante grande, comprometeram o desenvolvimento e o aprofundamento das discussões propostas. Creio que o material fornecia uma série de desdobramentos possíveis que não puderam ser devidamente explorados por conta destas questões que assinaléi acima.

Algumas sugestões foram apresentadas para o aprimoramento da metodologia e do curso como um todo:

Rever a metodologia do curso, sobretudo quanto ao diário de bordo. Adoção de critérios de seleção dos/as cursistas no decorrer do curso e avaliação mais criteriosa, com uma média mais exigente. Muitos participaram de forma pontual, "aparecendo" nos fóruns sempre no último dia, com registros superficiais. A nota revela o nível de participação, mas a aprovação "mínima" os/as habilita como "multiplicadores" (GDE 35).

[Que o] próximo curso inclua os gestores das escolas como/a cursistas e mais professores/as de cada unidade escolar, para que o trabalho final seja uma proposta de mudança do projeto político-pedagógico da escola, levando em conta a temática do curso (GDE 04).

Gostaria de sugerir uma premente reavaliação na carga horária e duração do curso, de modo a ampliá-la para o melhor desenvolvimento das atividades no ambiente, de forma menos burocrática ou superficial por parte das/dos cursistas. Igualmente, resalto a necessidade de reavaliar que as atividades das/os professoras/es exigem mais de 10 horas, como foi previsto inicialmente (GDE 22).

CONDIÇÕES EM QUE FOI REALIZADA A APRENDIZAGEM

FERRAMENTAS

Sobre a adequação das atividades propostas às ferramentas do curso, a avaliação – de 1 a 5 – dos/as professores/as on-line foi a seguinte:

Ferramentas	1	2	3	4	5	Média
DIÁRIO DE BORDO	6%	12%	22%	31%	29%	3,63
FÓRUM DE CAOS	0	6%	3%	41%	50%	4,34
FÓRUM DE DÚVIDAS	31	13%	25%	6%	25%	2,81
CONCEITUAIS						

O Diário de Bordo, de uma forma geral, foi bem avaliado, no entanto, os/as cursistas apresentaram muita dificuldade em diferenciar esta ferramenta do Fórum de Casos.

O Diário de Bordo foi bom, mas também e ao mesmo tempo um problema, pois todo mundo queria falar em reservado comigo e polarizar a discussão para o lado que desejasse. Muitas questões que foram colocadas seriam de grande valia no fórum, mas colocavam no Diário. Perdi mais tempo nos diários que em outras partes que achava mais interessantes, os fóruns, por exemplo. Talvez uma sugestão seja deixar bem claro que o/a professor/a on-line não vai ler aquilo que ele escreveu até o final do curso, portanto, não adianta escrever coisas achando que o/a professor/a vai responder exclusivamente ao seu assunto. Por outro lado, acho que o Diário de Bordo é importante, pois eles/as contam como vai mudando o seu pensamento, ou seja, é preciso dosar a importância do Diário de Bordo (GDE 23).

A avaliação do Fórum de Casos foi positiva, mas os/as professores lembraram que muitas vezes o fórum foi utilizado de maneira equivocada pelos/as cursistas, que tinham de ser incentivados a empregar este espaço para fazer a articulação entre sua experiência profissional e o conteúdo dos textos. Mesmo assim, o Fórum de Casos foi a melhor ferramenta para fins de aprendizagem. Ele permitiu a interação, trouxe as novidades dos casos a cada semana, provocou a discussão.

O principal problema do Fórum de Dúvidas Conceituais descrito pelos/as professores/as foi a pouca utilização desta ferramenta, o que resultou da não-obrigatoriedade da participação dos/as cursistas neste espaço.

TEMPO PARA A REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES E DO CURSO

Os/as professores/as avaliaram que a insuficiência do tempo teve algumas conseqüências indesejadas para o curso como um todo: contribuiu para a desistência de alguns cursistas; limitou os registros no Diário de Bordo e a participação nos fóruns e concentrou a elaboração das atividades nos últimos dias de desenvolvimento da unidade. Os/as professores/as também sugeriram que o número de unidades fosse reduzido de três para dois por módulo e que aumentasse a duração de cada unidade.

Por um lado, sabemos que sem uma restrição de tempo (prazos) as coisas não avançam. Mas, por outro, achei que uma semana era pouco tempo para os/as cursistas lerem com atenção os textos, escreverem no diário e proporem questões no fórum de caso. Creio que, se fosse ampliada a duração de cada unidade para duas semanas, os debates seriam bem mais aprofundados, como aconteceu na segunda unidade do módulo II (GDE 10).

Talvez, se nós não tivéssemos tido os atropelos tecnológicos, uma semana seria suficiente, no entanto, os/as cursistas reclamaram do pouco tempo e apontaram as dificuldades em utilizar as ferramentas. Acho que é necessário repensar o tempo por unidade (GDE 16).

INTERAÇÃO COM OS/AS CURSISTAS

De uma forma geral, a equipe de professores/as avaliou que os/as cursistas sempre interagem com ela quando tinham dificuldade, e cobravam que lhes desse um retorno. Nessa interação, houve espaço para posicionamentos individuais e críticas e alguns/algumas cursistas chegaram a estender a interação para além do curso.

PROCESSO DE AVALIAÇÃO

Sobre a avaliação dos/as cursistas, foi solicitado aos/às professores/as que analisassem a adequação dos instrumentos utilizados e o prazo estipulado para esse processo.

Os resultados foram os seguintes:

Instrumentos	1	2	3	4	5	Média
PARTICIPAÇÃO NOS FÓRUNS	10%	13%	16%	29%	32%	3,66
MEMORIAL	6%	0%	22%	28%	44%	3,87
TRABALHO FINAL	6%	0%	9%	41%	44%	4,16
AUTO-AVALIAÇÃO	6%	03%	19%	31%	41%	3,97
PRAZO PARA REALIZAÇÃO DA AVALIAÇÃO	6%	16%	25%	31%	22%	3,47

Sobre a participação nos fóruns, o grupo de professores disse que no início do curso foi passada a informação de que avaliação seria quantitativa, mas que no final do curso foi pedida uma avaliação qualitativa, o que demandou muito trabalho:

Pediram para que contabilizássemos as participações nos fóruns e, no final, quiseram uma avaliação qualitativa, ou seja, os/as professores, que haviam reclamado lá no início da avaliação quantitativa, tiveram que voltar a nove fóruns para verificar a qualidade da participação dos/as cursistas (GDE 06 e GDE 08).

Como fui avaliando a participação individual de cada um/a nos fóruns ao longo das unidades, achei que este processo de avaliação foi bom, e que poderia até incorporar mais alguns critérios qualitativos sobre os/as cursistas. Poucos trouxeram informações de outras fontes que não fosse o material do curso, por exemplo. Fiquei pensando se, por causa disso, este critério não acabou sendo pouco discriminante: as notas ficaram todas meio parecidas. Mas, para os/as colegas professores on-line que não puderam fazer esta avaliação ao longo do curso, imagino que o procedimento final para atribuição dessas notas de participação tenha sido exaustivo. É muito importante ressaltar a positividade de distribuir esta avaliação no “tempo” do curso (GDE 11).

A utilização do memorial como instrumento de avaliação foi considerada muito importante pelos/as professores/as, mas eles/as atentaram para a discordância entre as instruções passadas aos/às cursistas na preparação do memorial e os itens a serem avaliados.

Sobre a auto-avaliação, foi indicado que a última rubrica, que se referia à colaboração com o grupo na realização do trabalho final, deveria ser retirada, pois muitos/as cursistas se deram nota zero por terem feito o trabalho sozinhos/as.

Um dos itens da auto-avaliação, sobre a discussão dos trabalhos finais em grupos, poderia ser considerado, uma vez que a maioria dos/as cursistas realizou o trabalho individualmente (GDE 34).

Como sugestões para as próximas ofertas do curso, os/as professores/as argumentaram que seria importante oferecer detalhes sobre o trabalho final, o memorial e a auto-avaliação desde o início das orientações, e que o prazo para a avaliação deveria ser ampliado.

CONDIÇÕES TECNOLÓGICAS

Apesar dos problemas enfrentados – principalmente pela não interação plena do/a professor/a on-line com os/as cursistas que não tinham vivência prévia no uso da internet, nem computador em casa – a metodologia EaD teve ótima avaliação por parte dos/as professores/as on-line, pois entre outras coisas, foi uma ação para a inclusão digital de muitos/as cursistas.

O acesso ao ambiente, particularmente ao conteúdo das unidades, funcionou como uma «base» para o meu trabalho como professora on-line. Procurei, a partir dali, constituir o solo comum para as discussões e as interações com os/as cursistas nos fóruns e nos diários de bordo (GDE 11).

Sem dúvida, este modelo de aprendizagem em ambiente virtual, alicerçado no trabalho coletivo, é extremamente rico. Saber que tenho o apoio da coordenação pedagógica, um suporte técnico e de toda uma estrutura disposta a contribuir com o bom andamento do aprendizado produz uma importante segurança (GDE 16).

Os/as professores/as on-line avaliaram bem as duas formas de capacitação: presencial e a distância. No entanto, ressaltaram que na capacitação presencial foi dedicado um tempo excessivo à discussão do conteúdo em detrimento do treinamento no ambiente e-ProInfo.

Sobre o grau de facilidade do uso das ferramentas no e-ProInfo, foram dadas as seguintes notas:

Ferramentas	1	2	3	4	5	Média
FÓRUM 2	2	1	2	5	20	4,3
DIÁRIO DE BORDO	4	-	2	5	19	4,2
BIBLIOTECA	-	1	3	8	18	4,4
ACESSO AO	-	-	2	5	23	4,7
CONTEÚDO DO CURSO						
BATE-PAPO	10	2	1	6	8	3,0
WEBMAIL	-	2	1	5	22	4,6

(Obs.: Nota 1 para mais dificuldade de uso e nota 5 para mais facilidade de uso)

Seguem alguns relatos representativos sobre as ferramentas avaliadas:

Achei que os fóruns tinham uma visualização ruim, que poderia ser melhorada, talvez o tamanho da letra pudesse ser aumentado um pouco. O fato de só saber quem postou a mensagem no final do texto ou ao se colocar o cursor sobre o ícone do autor da mensagem do lado direito dificultava um pouco a visualização do debate. Acho que isso poderia ser repensado. Além disso, também sugeriria um contraste de cores de fundo para as seqüências de mensagens, o que facilitaria a visualização (GDE 10).

A comunicação no bate-papo sempre foi muito lenta, de modo que os/as interlocutores acabavam saindo da conversa devido à demora da resposta. Diário de bordo: ferramenta importante de ensino, embora tenha tido dificuldade em visualizar a fonte (GDE 34).

O webmail ainda precisa de algumas melhoras: é indispensável uma caixa de saída e/ou itens enviados, para controlarmos as mensagens já enviadas; além de necessitar do anexo de documentos (GDE 29).

Segundo os/as professores/as on-line, os/as cursistas tiveram algumas reações negativas diante da tecnologia, como medo e dificuldade, mas em alguns casos esses problemas foram superados de forma surpreendente.

Alguns/algumas cursistas apresentaram muita dificuldade no uso internet e, portanto, na compreensão e na navegação do e-ProInfo. Também tiveram dificuldade na realização das tarefas, conforme a instrução fornecida pelo/a docente. Os títulos das anotações nos diários, por exemplo: enviei muitos e-mails para a turma esclarecendo como isto deveria ser feito e tive cursistas que até o final do curso não incluíam os títulos. Entretanto, acho que na maioria dos casos o problema do uso do e-ProInfo foi solucionado. Aliás, acho que a superação dessas dificuldades constituiu um ganho “a mais” do curso, já que muitos/as cursistas apreenderam a usar tanto o computador como a internet (GDE 09).

Os/as professores/as on-line sugeriram que o e-ProInfo seja revisto e aprimorado de uma forma geral. Especificamente propuseram, entre outras coisas, que a ferramenta de bate-papo se torne mais eficaz e que seja incluído o sobrenome do/a cursista na assinatura *default* produzida pelo ambiente na ferramenta Fórum, no sentido de melhorar sua identificação e evitar confusão de homônimos.

De vez em quando existia um problema de fonte (tipo e tamanho) e espaçamento dos parágrafos no fórum. Sugiro que a identificação dos cursistas com xarás na turma seja melhor. Um exemplo: numa das turmas eu tinha duas cursistas chamadas Carmen (mesma grafia) e a assinatura automática no fórum era “Carmen”; o mesmo ocorreu com cursistas chamadas Maria

(o segundo nome não aparecia), dificultando qual Carmen ou qual Maria era. Nestes casos, o sobrenome poderia ser agregado à assinatura automática (GDE 31 e GDE 32).

AVALIAÇÃO DAS EQUIPES DE COORDENAÇÃO

As coordenações executiva e pedagógica e a equipe de orientação temática, de um modo geral, foram muito bem avaliadas pelos/as professores/as, que definiram o apoio como significativo, ágil e impecável. As pessoas responsáveis foram consideradas disponíveis, solícitas e pacientes.

A coordenação pedagógica recebeu diversos elogios, mas também houve algumas reclamações dos/as professores/as quanto à pouca disponibilidade dos/as coordenadores/as nas últimas unidades do curso.

A coordenação executiva foi avaliada como solícita e ágil, respondendo rapidamente à demanda.

Sobre a equipe de orientação temática segue uma observação:

Responderam às minhas dúvidas em relação à minha postura diante de determinadas questões, fazendo referência ao projeto pedagógico do curso; responderam de forma objetiva às dúvidas conceituais; indicaram leituras; enviaram textos on-line (estes foram fundamentais para completar os textos dos módulos); indicaram pesquisas e reportagens de jornais on-line e incentivaram a importância de discutir os temas dos módulos de forma transversal, apesar de não sugerirem como (GDE 14 e GDE 30).

IDENTIFICAÇÃO DOS FATORES DE EVASÃO DOS/AS CURSISTAS

Diversos fatores foram apontados pelos/as professores/as quando perguntados/as sobre os motivos da evasão dos/as cursistas. Dentre aqueles de ordem pedagógica, com 16 respostas, as dificuldades de acompanhar o ritmo, a metodologia de EaD, as leituras, a intensidade e a extensão do curso foram sinalizadas em 75% das respostas. Quanto aos fatores de ordem institucional, responsáveis por 20 respostas, 45% identificaram a falta de tempo devido ao excesso de trabalho (aulas ou realização de outros cursos), e 25% especificaram a falta de um horário para realizar as atividades do curso.

Sobre os fatores de ordem tecnológica, que obtiveram o maior número de respostas (29), a dificuldade de acesso a computadores e à internet com banda larga foi a causa principal em 35% das respostas; a dificuldade de acesso à internet abrangeu 24%; os problemas com a

plataforma e a lentidão do e-ProInfo estiveram presentes em 21%; e os obstáculos na navegação e no manejo das ferramentas do e-ProInfo contaram com 14% das respostas. Os fatores de ordem pessoal receberam 13 respostas ao todo.

OBSERVAÇÕES GERAIS SOBRE A RELEVÂNCIA DO CURSO

Os textos abaixo foram selecionados a partir de depoimentos livres dados pelos/as professores/as.

A minha experiência de ter participado como professora on-line neste curso foi maravilhosa. Das atividades que desenvolvo atualmente (estou escrevendo minha tese de doutorado), esta era a única que me dava mais tranquilidade e descontração: pela importância, pelo compromisso e pela complexidade dos temas discutidos, e pelo desafio de estar trabalhando com educadores com diversas formações e posturas, desde as mais radicais – por exemplo, homofóbicas e racistas – e ter de convencê-los a quebrar esses preconceitos e essas formas de discriminação. Senti que precisava ser mais atenta e sensível para não condená-los por determinados comentários. Precisei ter muita paciência para amenizar as discussões e tentar mudar as opiniões, às vezes agressivas, em relação aos conteúdos do Módulo III. No final, quando estava fazendo as avaliações e lendo os memoriais, fiquei bastante emocionada quando pude perceber também a importância que o curso teve para os cursistas (GDE 01).

Para mim foi muito significativa a participação nesta experiência. Através dela, pude rever alguns preconceitos que possuía a respeito da EaD como um tipo de formação aligeirada e de baixa qualidade. Minha visão mudou em relação a este tipo de formação, pelo menos no que se refere aos cursos de especialização e/ou de formação continuada. Mesmo reconhecendo as dificuldades vivenciadas nesse processo quanto a pouca interação entre os/as cursistas e ao aprofundamento na relação teoria-prática, esta experiência mostrou sua força na capacidade de atingir educadores que, de outro modo, talvez tivessem dificuldade em participar de um espaço de discussão séria e corajosa sobre temas tão importantes para a escola e a sociedade. Serviu para questionar a formação pedagógica tradicional, que pensa o professor como centro do processo de ensino-aprendizagem, e para reforçar também minha concepção do potencial de criatividade das pessoas e da diversidade, bem como de que somos aprendentes e ensinantes em qualquer situação vivida. Por fim, destaco que esta experiência, apesar de trabalhosa, mostrou a validade do trabalho em equipe e colaborativo (GDE 02).

Em geral, gostei muito desta experiência. Aprendi bastante, tanto com os/as colegas, os/as orientadores e coordenadores/as, como com os/as cursistas. Sem dúvida, passei a conferir maior credibilidade a projetos de EaD e pretendo continuar a participar de projetos como este. Além disso, o aspecto político do curso foi muito bem trabalhado. Sinto-me sinceramente feliz de o

curso ter sensibilizado muitas pessoas para as temáticas discutidas. Acho que isto, de fato, é um ganho espetacular deste projeto (tenho depoimentos muito interessantes de cursistas que se depararam com casos de homossexualidade em suas famílias e círculo de amigos e que, segundo afirmaram, agiram de modo respeitoso e compreensivo, atribuindo esta atitude às discussões e aos questionamentos propiciados pelo curso). Entretanto, penso que o modo como o curso foi estruturado neste projeto-piloto – em termos de tempo, atividades, tamanho das turmas, remuneração etc. – torna sua realização de difícil operacionalização. Sem dúvida, é preciso rever um conjunto de aspectos deste curso, sobretudo aquilo que exerce impacto sobre o tempo necessário para a realização e o cumprimento de suas atividades (GDE 09).

CONCLUSÃO

Ao todo, o curso contou com a participação de 1071 cursistas, dos quais 865 concluíram o curso, o que significou uma evasão de 19%. Dos/as cursistas que o concluíram, 80% foram aprovados (685). O índice de evasão, abaixo do padrão, reflete o empenho dos/as professores/as e de toda a equipe responsável para superar os problemas e manter os/as cursistas envolvidos no projeto.

As críticas dos/as professores/as on-line demonstram não só a forma intensa como se dedicaram ao trabalho proposto, como o interesse no aprimoramento do curso, uma vez que se trata de um projeto-piloto. Ao final da análise dos questionários, nota-se que o curso atingiu o seu objetivo principal, o de sensibilizar professores e professoras da 5ª a 8ª série do Ensino Fundamental da rede pública para as temáticas de gênero, sexualidade e orientação sexual, e relações étnico-raciais.

Mesmo com as dificuldades de se operacionalizar o tratamento transversal dos temas, a articulação entre as várias formas de discriminação e exclusão sociais pôde ser percebida, em diferentes graus, nos discursos elaborados pelos/as cursistas.

A avaliação dos/as professores demonstrou que o cronograma de oferta deve ser revisto para que os/as cursistas e os/as professores/as adquiram maior domínio das ferramentas que usarão no ambiente virtual de aprendizagem, além de necessitarem também de um tempo maior para realizar suas atividades.

Os depoimentos dos/as professores/as indicaram que os/as cursistas precisam ter, de maneira mais facilitada, trânsito nos laboratórios de informática com acesso à internet, pois para muitos deles/as este recurso é imprescindível.

Esta experiência-piloto demonstrou o grande potencial de um curso a distância para a for-

mação de professores/as em temáticas que, embora fundamentais, não fazem parte dos currículos e dos cursos de formação oferecidos no país. Seu aprimoramento, a partir das reflexões e das observações cuidadosas dos/as professores/as on-line, pode tornar este curso uma importante referência ao longo do processo de construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

IX

AS OFICINAS DE AVALIAÇÃO:

CONTRIBUIÇÕES PARA O FUTURO¹

BRASÍLIA – 28 E 30 DE NOVEMBRO DE 2006

Após a conclusão do curso **Gênero e Diversidade na Escola**, uma representação de cursistas de cada um dos seis municípios que participaram do projeto – Dourados (MS), Maringá (PR), Niterói (RJ), Nova Iguaçu (RJ), Porto Velho (RO) e Salvador (BA) – foi escolhida atendendo aos critérios de avaliação e aproveitamento que tiveram durante o mesmo. Foram selecionados professores/as cursistas que alcançaram avaliação considerada boa, regular e ruim, para que estivessem representados todos os níveis de professores/as cursistas participantes e para que, desta forma, pudessem ser observadas as diferentes dificuldades que estes profissionais tiveram no decorrer dos três meses de dedicação ao projeto.

A Oficina de Avaliação do GDE contou com a participação de 24 professores/as cursistas, oito professores/as on-line, um/a representante da Secretaria Municipal de Educação de cada município, um/a representante de cada Coordenadoria de Mulheres e de cada Coordenadoria de Igualdade Racial dos seis municípios e, por fim, com um/a representante de cada Núcleo de Tecnologia Educacional – NTEs. Além destes, participaram do encontro representantes das instituições envolvidas na produção de conteúdo, na viabilização e na realização do curso: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM/PR), Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR/PR), Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), Secretaria de Educação a Distância (SEED), ambas do Ministério da Educação, British Council Brasil, professores especialistas do Reino Unido e Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM).

Esta Oficina reuniu os/as professores/as durante três dias de conversa e em grupos de trabalho, nos quais foi discutido o currículo desenvolvido sobre os

1. Texto elaborado a partir do documento Anais das Oficinas de Avaliação produzido pela SPM, MEC e SEPPIR

temas e os problemas encontrados no uso da ferramenta do ensino a distância. Esta iniciativa teve o objetivo de conhecer a opinião dos/as integrantes deste projeto-piloto e também as suas críticas e sugestões ao conteúdo e à apresentação do curso.

Cada oficina – gênero; sexualidade; relações étnicas e raciais; metodologia; ambiente virtual e aprendizagem; gestão – foi composta por quatro grupos de trabalho com aproximadamente 20 pessoas. Além dos grupos de trabalho, a Oficina de Avaliação contou com três painéis: “Gênero, relações étnico-raciais e orientação sexual na perspectiva da transversalidade”; “Educação a distância no curso de Gênero e Diversidade na Escola: metodologia, ambiente virtual de aprendizagem e gestão”; e “Intercâmbio de experiências – representantes do Reino Unido conversam com professores/as on-line e professores/as cursistas”.

RELATÓRIOS DOS GRUPOS DE TRABALHOS

GÊNERO

Os grupos de trabalho que enfocaram a temática de gênero elaboraram seu relatório final a partir das seguintes questões: clareza dos textos apresentados e oferecidos; impressões pessoais sobre os conteúdos; recomendações para a próxima etapa; recomendações gerais.

Quanto à clareza dos textos apresentados e oferecidos, os grupos concluíram que a sua linguagem é simples, acessível e de fácil compreensão. A seqüência em que os conteúdos foram propostos facilitou o seu entendimento e aprofundamento. O conceito de gênero foi abordado de forma bem delimitada, mas não foi amplamente relacionado com as práticas escolares. O texto carece de exemplos relativos aos acontecimentos nas salas de aula e nos pátios, bem como em outros ambientes escolares. Faltou um universo amplo de ações e interações pedagógicas, como as relações entre professores/as e alunos/as. Segundo parte dos/as cursistas, os textos poderiam aprofundar melhor os temas; de todo modo, motivaram a reflexão. Os casos postados no fórum não abordavam a totalidade dos conteúdos dos módulos e mesclavam a temática de gênero com outras, como violência e drogas, o que pode ter tirado o foco das questões principais e causado discussões superficiais.

O texto apresentou conceitos e vocabulários novos sob a forma de glossário, que serviu como instrumento de trabalho para os/as cursistas. Da mesma maneira, foram muito bem-vindos para os grupos que tiveram acessos às leituras complementares os hiperlinks e as indicações de toda a sorte de livros, filmes e sites.

O texto não fomentava a inclusão do debate de gênero em disciplinas como matemática, química e física, e não suscitava a transversalidade em relação aos outros conceitos e catego-

rias, tais como raça, etnia, orientação sexual e geração. Apesar disso, alguns/algumas cursistas teceram tal transversalidade no debate. Ao pensarem nas categorias que não são apreensíveis isoladamente, os/as cursistas apontaram ainda como lacuna nos textos o olhar sobre os homens e sobre a masculinidade, a partir da abordagem relacional potencializada pela categoria de gênero.

Alguns/algumas cursistas expressaram que pela primeira vez, a partir do curso, tiveram contato com o conceito de gênero e puderam pensar sobre ele diante da realidade escolar. O conteúdo fez com que professores e professoras notassem práticas equivocadas que assumiam e com as quais conviviam na escola e fora dela, como profissionais e também nos seus variados papéis sociais. O curso teve a função de alertá-los sobre lacunas existentes na sua ação pedagógica quanto aos temas do curso. Houve um despertar para o assunto e surgiu o desejo de algumas novas leituras, de um novo olhar voltado para o cotidiano escolar. Os textos fomentaram nos/as cursistas o desejo de multiplicar para outros/as professores/as os conteúdos estudados.

Os fóruns não continham as exposições dos pontos de vista de cursistas, de suas experiências nas escolas e da relação destes aspectos com os conceitos apresentados nos textos.

A oficina de gênero recomendou que, em uma próxima etapa do curso, se faça presente uma coordenação pedagógica local nos momentos presenciais, a fim de estimular a mudança das práticas educativas. Também sugeriram que na abordagem do referencial de gênero nas práticas escolares sejam utilizados textos que tratem dos conceitos a serem trabalhados, visando às relações mais aprofundadas com o cotidiano escolar em suas variadas situações. Uma outra sugestão foi elaborar estratégias, casos e textos que fomentem polêmicas substanciais para que os fóruns tenham representações significativas no processo de formação oferecido pelo curso.

Nas recomendações gerais, figuraram: garantir a transversalidade em todos os momentos e ao tratar cada um dos temas; assegurar que os/as cursistas tenham o suporte material e pedagógico para multiplicar a abordagem do curso em suas várias vertentes nas unidades escolares às quais pertencem; aumentar a oferta de vagas em cada escola para professores/as, de modo que aqueles/as que fizerem o curso tenham companheiros/as de trabalho em suas realidades cotidianas; fornecer instrumentos, como a legislação sobre os direitos sexuais, que possibilitem aos/as cursistas abordarem na escola temas polêmicos que não são consensos sociais e científicos.

SEXUALIDADE

Os grupos de trabalho que avaliaram o módulo sobre sexualidade concluíram que, de uma forma geral, os temas abordados sensibilizaram os/as cursistas, que acabaram por levar esses

assuntos para a sala de aula. Também ressaltaram a importância de os conceitos de transgêneros e transexuais – que eram conceitos novos para muitos/as – terem sido bem trabalhados. A indicação de filmes e de sites, presente no texto no final de cada unidade, foi muito elogiada, assim como os glossários.

Em relação ao conteúdo, a oficina de sexualidade compreendeu que a ausência de uma contextualização histórica da homossexualidade fez falta, principalmente se houver comparação com os outros módulos, nos quais estava presente um breve histórico da luta feminista e da luta do negro. Também não foi trabalhada a forma como este tema é tratado em outras sociedades. A diferenciação entre opção e orientação sexual poderia ser mais explorada na abordagem do tema.

A transversalidade entre os três temas apareceu apenas no que se refere à mulher negra, mas a sua exploração em outras questões traria um enriquecimento maior. O relatório considerou que os textos não foram suficientes para desconstruir determinados conceitos dos/as cursistas, principalmente quando estes implicavam alguma questão religiosa. Alguns dos problemas apontados nos textos foram: a necessidade de aprofundamento da discussão acerca da homossexualidade e sobre os direitos e as responsabilidades em relação à sexualidade, considerando-se o âmbito das leis.

A oficina de sexualidade propôs como últimas sugestões: melhor orientação para a prática em sala de aula; aprofundamento das discussões de uma forma mais concisa, mais real; que sejam debatidas transversalmente a homossexualidade e a religião numa próxima etapa do curso.

RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Os textos do módulo sobre relações étnico-raciais foram considerados claros e acessíveis. Além deles, os conceitos, os resumos, a biblioteca, o vocabulário e as referências bibliográficas facilitaram bastante a compreensão do conteúdo.

Os textos auxiliaram os/as cursistas na desconstrução do mito da democracia racial – um conceito fundamental para o aproveitamento do módulo como um todo. Eles apresentaram um viés histórico que facilitou a compreensão da temática. De uma forma geral, o material disponível, principalmente os resumos, facultou não só a conexão entre os textos e as atividades propostas, como o estabelecimento de interfaces com a realidade social.

A transversalidade foi mais facilmente percebida quando se tratou dos movimentos sociais relacionados à mulher negra. Foi um momento marcante, no qual se compreendeu o conceito de raça, bem como a importância dos movimentos sociais e sua relação com o tema.

Muitos/as cursistas confessaram durante os depoimentos que nem se consideravam tão preconceituosos assim, tão racistas assim, e que se perceberam – de uma forma até chocante – racistas ou preconceituosos a partir da leitura dos textos. Em vista desta constatação, eles/elas chegaram à conclusão que os temas abordados no módulo estavam ausentes do cotidiano escolar.

Os grupos de trabalho argumentaram que é preciso atividades mais aprofundadas sobre as ações e as políticas afirmativas.

No fechamento do relatório foram sugeridas: a inclusão da temática da religiosidade no conteúdo; a ampliação da discussão sobre as etnias indígenas e a transversalidade deste tema; a aproximação dos estudos de caso à realidade do contexto escolar brasileiro; a inclusão da legislação indígena e da lei nº. 10.639 e a inclusão de textos que contemplem a perspectiva histórico-social e a política das questões raciais.

METODOLOGIA

Nos grupos de trabalho foi observada uma multiplicidade de experiências em relação à metodologia do curso, por isso, a consolidação das principais questões num único relatório exigiu dos relatores desses grupos um grande esforço.

De uma forma geral, a metodologia foi bem avaliada. A organização dos textos nas unidades e os módulos seqüenciais foram observados como facilitadores da compreensão do conteúdo, pois permitiram uma complexidade crescente dos conteúdos de acordo com a seqüência dos módulos.

O fórum de dúvidas conceituais, apesar de ter sido subutilizado, foi percebido como uma ferramenta de apoio que possibilitou o esclarecimento rápido dos conceitos nos quais os/as cursistas apresentavam alguma dificuldade.

Os fóruns de casos foram vistos como uma maneira de visualizar na prática os conteúdos estudados: os conceitos, muitas vezes abstratos, foram relacionados à realidade por meio dos casos.

Sobre o Diário de Bordo foi observado que, apesar de o registro nesse espaço ter sido constituído como um quesito para avaliar o/a cursista, ele se apresentou como uma ferramenta difícil de ser utilizada, principalmente pela determinação da sincronia no uso da ferramenta. As atividades assíncronas, ao contrário, foram vistas como elementos bastante facilitadores do curso, pois permitiram ser realizadas de acordo com a disponibilidade de cada um/a.

O processo progressivo de avaliação feito durante o curso foi muito elogiado, assim como o memorial e o trabalho final.

Sobre as dificuldades, houve um consenso nos grupos: muitas vezes os/as cursistas utilizavam as ferramentas para cumprir a tarefa e, como o tempo era curto para o aprofundamento das questões, não praticavam a interação com o grupo, comprometendo muito o diálogo, as trocas e a reflexão.

Com referência à ação pedagógica, o relatório da oficina concluiu que, em alguns casos, a demora dos comentários realizados pelos docentes no diário de bordo foi um grande problema.

Alguns/mas cursistas mostraram-se insatisfeitos com a atuação de professores/as on-line em relação à interação e ao incentivo nas discussões. Para eles/as, foram muitas as ocasiões em que faltou aos/às professores/as incrementar o debate e incentivar a turma a participar, recolocando questões importantes.

Os grupos de trabalho sobre a metodologia do curso sugeriram: aumentar a oferta dos estudos de caso para que estes contemplem uma maior diversidade cultural e regional; facilitar a movimentação dentro do ambiente; aprofundar a capacitação tecnológica; reavaliar a importância do diário de bordo e reforçar o seu uso como forma de criação de vínculo entre professor/a e cursista; colocar à disposição, no início do curso, o CD-Rom do conteúdo para os/as cursistas.

AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM

O relatório da oficina ambiente virtual de aprendizagem destacou pontos positivos e negativos sobre este segmento do curso.

Como pontos positivos, observou-se que o *layout* do e-ProInfo facultou uma boa navegação e facilitou o acesso às ferramentas do ambiente. Além disso, o ambiente era de simples manejo e não requeria computadores de última geração para um bom desempenho no ambiente. A página do CLAM também foi bem avaliada, principalmente pela disponibilidade da biblioteca virtual, que facilitou as consultas e as buscas por informações complementares.

Como ponto negativo, vários grupos de trabalho expuseram que foi muito desvantajosa a falta de maior treinamento para o uso da ferramenta não possibilitou às/aos cursistas saber como formatar o Diário de Bordo e visualizar o link para impressão dos textos/módulos no próprio e-Proinfo. A estrutura do fórum dificultou a visualização dos textos. Quanto ao

cadastro, houve demora no recebimento do login e da senha para o acesso ao ambiente. Todos os grupos levantaram tal dificuldade, pois tinham que copiá-los e colocá-los em outro ambiente para que essa ação fosse realizada.

Foram muitas as sugestões. A primeira delas refere-se à contabilização do fluxo de trabalho pelo ambiente e-ProInfo. Esta seria uma forma de controlar o sistema, que automaticamente geraria estatísticas. Outra sugestão foi a de disponibilizar no sistema e-ProInfo um espaço no qual os/as cursistas pudessem ter acesso aos conteúdos após o término do curso.

A capacitação ao ambiente e-ProInfo no Núcleo de Tecnologia Educacional (NTE) foi sugerida como obrigatória e classificatória. Dessa forma, o/a cursista que não participar da capacitação não pertencerá mais ao grupo, o que facilitará o andamento do curso. Sobre esta questão, o depoimento de um dos membros do NTE de Porto Velho é muito significativo:

Nós temos uma preocupação com a questão da capacitação do ambiente e-ProInfo feita no NTE. A nossa preocupação é: quanto maior o número de cursistas, maiores serão as dificuldades para nós dos NTE. Desta maneira, nós pensamos, no nosso grupo da oficina, que a capacitação no ambiente e-PROINFO poderia ser obrigatória e classificatória, de forma que, quando a equipe do CLAM e a do MEC/SEED chegassem a Porto Velho, ou a qualquer outro município, já tivessem participado da capacitação, pois quando fossem trabalhar a metodologia e toda a seqüência do que é o e-ProInfo, estes assuntos não seriam desconhecidos. Assim, os/as alunos/as cursistas já estariam interados/as do que é o ambiente, porque já estariam capacitados. Porém, quem não participasse da capacitação, como mencionado anteriormente, seria excluído. A participação na capacitação inicial, prévia, permitiria presença na aula inaugural e depois no curso propriamente dito. Desta forma, levaríamos o/a aluno/a para o NTE e o/a capacitariamos. Inclusive, para aqueles/as que não tenham conhecimento da tecnologia do uso do computador, nós daríamos as informações prévias necessárias, para que durante a capacitação no ambiente não apresentem muitas dificuldades.

Outra sugestão foi a de que fique um/a coordenador/a em cada município do curso para que seja facilitado o cadastramento dos/as cursistas.

GESTÃO

Nessa oficina, os grupos de trabalho concluíram que houve o envolvimento bem-sucedido de várias secretarias e entidades de diferentes níveis (municipal, estadual, federal e internacional) na gestão do curso. A valorização dos/as professores/as da rede pública também foi elogiada, principalmente por estes/as terem tido a oportunidade de participar de discussões, solenidades e avaliação do curso. O rápido retorno da coordenação do curso aos/as profes-

sores/as on-line, assim como o bom relacionamento entre os parceiros também foram positivamente avaliados.

Como ponto negativo foi citado o curto prazo da divulgação do curso através de cartazes ou panfletos.

Também foi observado que algumas decisões tomadas no início do curso não foram cumpridas, como a mudança do cronograma. Em relação ao questionário de avaliação geral do curso que deveria ser preenchido pelos cursistas através do e-ProInfo, muitos/as o enviaram, porém receberam uma mensagem de aviso de que ele não havia sido entregue.

A coordenação do curso poderia interferir mais junto a alguns/algumas professores/as on-line que não conduziram bem o trabalho com a turma; por exemplo, em relação à sua falta de comentários sobre as postagens nos fóruns, no Diário de Bordo e também nos Trabalhos Finais.

De uma forma geral, os/as cursistas não souberam identificar quais eram as responsabilidades de cada entidade envolvida na realização do curso; desconheciam, por exemplo, se em vista de determinadas dificuldades deveriam recorrer ao NTE ou não.

Os grupos de trabalho sugeriram que, para uma próxima etapa, seja promovida uma maior integração entre as coordenações locais e a gestão acadêmica do curso. O tempo de inscrição do curso poderia ser ampliado, assim como a sua oferta, passível de estar disponível para profissionais de toda a educação básica.

Outras sugestões: que a inscrição seja apenas on-line para evitar problemas na sua validação; criação de um fórum específico para a organização do trabalho final, principalmente em caso de turmas mistas; mais tempo para elaboração dos trabalhos – duas semanas ao invés de uma; eleição de um/a coordenador/a local para organizar a gestão do curso desde a divulgação até a avaliação final; o documento de parceria entre as instituições deveria ser mais claro em relação aos apoios logísticos, às parcerias locais, às competências, etc.; maior articulação entre NTE e professor/a on-line; fomento na aquisição de computadores pelos/as professores/as através de linhas de crédito específicas e facilitadoras, uma vez que a linha de crédito existente é um pouco burocrática e às vezes inacessível; criação de uma bolsa ou auxílio financeiro aos/às professores/as cursistas; garantia de encontros presenciais do/a professor/a on-line com os cursistas após o término de cada módulo e, finalmente, apoio e suporte aos/às cursistas que concluíram o curso para implementação dos seus projetos em sala de aula.

DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA AVALIAÇÃO

Ao final da oficina de avaliação do projeto Gênero e Diversidade na Escola, as diversas entidades envolvidas fizeram um balanço final do curso e da própria oficina.

A equipe do CLAM considerou que o curso foi uma experiência extremamente enriquecedora e que todos aprenderam muito. No início da conversa com as diversas entidades sobre uma parceria para a realização do curso, foi pensada a implantação deste projeto em outros municípios brasileiros, atendendo a um número bem maior de professores/as. Mas a complexidade do projeto mostrou que seria necessário investir mais tempo no seu desenvolvimento e passar por uma avaliação – como a que se fez nessa Oficina – para que se corrigissem as deficiências e se melhorasse o resultado final do curso. Os relatórios das oficinas de avaliação mostraram que esta decisão foi um dos grandes acertos do projeto. Apesar do tempo escasso, que tumultuou a organização do curso de uma forma geral, a equipe do CLAM avaliou que a iniciativa contribuiu para que o Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos realizasse o seu compromisso de servir e ajudar na melhoria da sociedade brasileira.

As representantes da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial ressaltaram quão importante é a persistência da temática racial nesse trabalho, uma vez que é longo e árduo o processo de desconstrução de um conceito preestabelecido. Assim, o curso contribui, e deverá continuar a contribuir, para a inclusão social no Brasil, a luta pelos direitos humanos, pela cidadania e pela paz.

As representantes do Conselho Britânico reconheceram o enorme esforço na realização deste projeto e de todos/as os que nele atuaram. Foi reafirmado por eles o desejo de continuarem apoiando tal iniciativa e de levarem o projeto para outros lugares, inclusive para o Reino Unido. Para o Conselho Britânico, este projeto, que está começando no Brasil, é para o mundo todo.

Para a representante da Secretaria de Educação a Distância do Ministério da Educação, o projeto foi bem-sucedido, tanto no que se refere ao seu desenvolvimento e implementação, quanto ao desempenho dos/as professores/as on-line e cursistas. A representante lembrou que o tema que embasa o projeto é o embate entre o respeito e a intolerância. A Secretaria de Educação a Distância está empenhada em transformar alguns cursos de extensão em cursos de especialização, pois acredita que esta luta é importante para a inclusão do/a professor/a que não tem condições de fazer um curso de especialização de uma só vez, e que isto será possível se houver uma longa conversa com as universidades.

A representante da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do MEC avaliou que o projeto foi realizado com êxito, principalmente se levada em consideração a

dificuldade em se diferenciar, na prática pedagógica, o público do privado, perceptível na interferência das crenças pessoais dos/as cursistas em suas práticas pedagógicas. Também foi ressaltado que, para além da replicação deste projeto-piloto, estão sendo pensadas outras iniciativas para multiplicar e incentivar o aproveitamento do curso, como o apoio à implementação dos projetos na sala de aula pelos/as professores/as cursistas.

A representante da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres ressaltou o sucesso do curso pelo alto nível de participação e por sua inovação, caracterizada por trabalhar a temática de gênero de forma transversal com as demais temáticas de Sexualidade, Orientação Sexual e Relações Étnico-raciais, e também pelo uso da metodologia EaD.

Acrescentou ainda que a SPM/PR – juntamente com os demais parceiros governamentais – estarão estudando a melhor forma de continuidade do curso sobre a possibilidade de aumentar a sua carga horária, transformando em um curso de especialização. Desta forma, seria possível para a primeira turma continuar o curso e trabalhar os módulos de maneira mais aprofundada, contribuindo para a formação mais completa das/os profissionais que foram capacitados durante o projeto piloto. Pretende-se também ampliar o projeto para os demais estados, além daqueles que estiveram presentes no projeto-piloto, concorrendo para que seja possível a construção de uma sociedade mais justa, mais humana e igualitária.

O projeto **Gênero e Diversidade na Escola** promovido pelo Governo Federal, por meio da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, o Ministério da Educação, a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, o British Council e o Centro Latino Americano em Sexualidade e Direitos Humanos é destinado à formação de profissionais da área de educação nas temáticas de gênero, sexualidade e orientação sexual e relações étnico-raciais e insere-se na perspectiva nacional de implementação de políticas públicas promotoras da igualdade e do respeito à diversidade e aos direitos humanos.

A escola, uma das mais, se não a mais importante instituição social, muitas vezes substituta da família, é lugar privilegiado e motivador de mudanças, atingindo como decorrência a sociedade pela ação multiplicadora de uma nova mentalidade. Diante desta premissa, o projeto GDE se desenvolve a partir da experiência do profissional de educação e sua abordagem em sala de aula.

O professor é um importante vínculo relacional com o aluno. Esta relação é reforçada quando temas de ordem subjetiva são abordados em sala de aula de forma clara, segura e não estereotipada. Está implícita na função social do professor a responsabilidade de transmitir valores éticos que ordenam à cidadania. No entanto, a formação regular destes professores ainda não oferece capacitação adequada para abordagem dos referidos temas. É neste contexto que se insere o projeto Gênero e Diversidade na Escola, como uma contribuição para transformação do cotidiano escolar.

Os municípios brasileiros contemplados pelo projeto piloto são das seis diferentes regiões do Brasil. A extensão territorial e política do nosso país e a pluralidade cultural se constituíram em constante desafio para o projeto.

1. Professora do Instituto de Medicina Social/UERJ, supervisora da área de formação do CLAM e Coordenadora Acadêmica do projeto Gênero e Diversidade na Escola.

2. Coordenadora Executiva do CLAM e do projeto Gênero e Diversidade na Escola.

Encontramos em alguns locais, cursistas com pouca ou nenhuma familiaridade com as ferramentas da informática, apesar de ser esta uma exigência no processo de seleção. Na realidade, alguns professores não tinham acesso a internet, não possuíam endereço de e-mail e, inclusive desconheciam este tipo de comunicação. Com esta constatação podemos mensurar a contribuição do projeto Gênero e Diversidade na Escola na inclusão digital do público alvo.

O processo de produção do projeto brasileiro compreendeu fases distintas e complexas, dada também a complexidade das parcerias estabelecidas. Foi imprescindível reunir em torno desta proposta vários setores: a academia, o governo federal e os governos locais, e também as diversas representações dos movimentos sociais.

Outro ponto que deve ser considerado como desafio neste projeto é o enfrentamento de questões religiosas e seus tabus e o tratamento destas questões pelos professores on-line que tinham a função de promover uma reflexão e intermediar um debate que fizesse os professores cursistas compreender que, independentemente de suas convicções religiosas, as questões que dizem respeito aos direitos humanos das pessoas não podem estar baseadas na percepção que se têm da ordem moral e do direito privado.

Os baixos índices de evasão do projeto GDE apontam para duas questões: a necessidade premente dos profissionais de educação de debater e conhecer estes temas; imaginamos que estas situações atravessam a sala de aula diariamente e os professores não têm como responder satisfatoriamente a esta demanda por falta de formação e informação; e o comprometimento da equipe que desenvolveu este projeto - professores especialistas, coordenadores pedagógicos, coordenadores executivos e profissionais de helpdesk, que foram absolutamente incansáveis no esforço de garantir a participação dos cursistas no ambiente virtual, até o último módulo do curso.

O Curso Gênero e Diversidade na Escola contou com variados desdobramentos. Em novembro de 2006, a convite do International Sexuality Fórum - ISF, o projeto foi apresentado em reunião ocorrida no Cairo, onde mulheres são hostilizadas como seres inferiores e a homossexualidade é considerada crime. A divulgação da experiência brasileira pretendeu promover, naquele contexto social, uma reflexão sobre diversidade e direitos humanos.

A parceria com o British Council permitiu ainda que a experiência fosse apresentada no Congresso de Gênero e Educação realizado em Dublin, na Irlanda. O Seminário da Universidade Aberta do Brasil, ocorrido em março de 2006, em Brasília e a Latin American Studies Association – LASA, realizada em Montreal – Canadá, em setembro de 2007, também se constituíram em fóruns de divulgação do projeto GDE.

Podemos concluir que a avaliação do projeto Gênero e Diversidade na Escola, em nível nacional e internacional, dá conta da necessidade urgente de se consolidar uma política de formação dos profissionais de educação nos temas de gênero, sexualidade e relações étnico-raciais, cuja perspectiva interfere na construção social de cidadãos/ãs e de uma sociedade mais equânime no que concerne aos direitos humanos de todos e de todas.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS DO RELATÓRIO DE DADOS ESTATÍSTICOS

Abbad, C.; Carvalho, R.; Zerbini, T. “Evasão em Curso via Internet: Explorando Variáveis Explicativas”. RAE-eletrônica, v. 5, n. 2, Art. 17, jul./dez. 2006.

<http://www.scielo.br/pdf/raeel/v5n2/v5n2a08.pdf> (acessado em novembro/2006).

Anuário Brasileiro de Educação Aberta e a Distância. 2005. 1.ed. São Paulo: Instituto Monitor.

Open University – Reino Unido

<http://iet.open.ac.uk/pp/o.p.simpson/index.cfm> (acessado em novembro/2006).

Universidad Nacional de Educación a Distancia – Espanha

http://portal.uned.es/portal/page?_pageid=93,153632&_dad=portal&_schema=PORTAL
(acessado em novembro/2006).